



**Município de Macedo de Cavaleiros**

**Assembleia Municipal**

**ATA N.º2/2025**

(Mandato 2021/2025)

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.**

**Presidente** – *Camilo António Morais*

**Primeiro Secretário** – Daniela de Almeida Rebelo

**Segundo Secretário** – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram catorze horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Luís Miguel Pereira Vaz, Duarte Ferreira Dias e António João Alves Trovisco *que foram substituídos, respetivamente, por Fernando Humberto Gomes, Bruna Alexandra Venceslau Fernandes e Simão Augusto Ventura Ferreirinha.* -----

-----  
Verificada a lista de presenças, dela constavam 58 Deputados Municipais *Camilo António Morais, Celina da Conceição de Sá Martins, Rogério Paulo Talhas Pires, Manuel António de Sá Mico, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Paulo Jorge Ferreirinha, Vera Cristina Amaral Gabriel, Beatriz Justo Lopes Pereira, Fernando Humberto Gomes, Carlos Alberto Fernandes, Bruna Alexandra Venceslau Fernandes, Sandra Cristina Batista Matos, Ilídio João Alves, Carlos Alberto Maravilha Azevedo, Dinis António Tiago Sarmiento, José António da Silva Madalena, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Maria José Vieira Teodoro Moreno, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Lília Margarida Pereira da Silva, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Sandra Maria Esteves Nascimento Franco, Beatriz Isabel Mata Pires, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Amâncio dos Santos Rocha, Daniela de Almeida Rebelo, Manuel Jorge Machado Olaio, António José da Costa Vila Franca, Francisco Inácio Alves Oliveira, Ana Isabel Pedro Martins, Maria Adelaide Serra Carvalho,*



*Andreia Isabel Morais Eugénio, Beatriz Neto, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Morais, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Leonardo Vila Franca, Miguel Ângelo Caseiro, Sérgio David Ramos Borges, Francisco José Afonso Salomé, Cláudia Maria Trinchete Peludo, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Ana Luísa Morais Fernandes.* -----

Por impossibilidade de estarem presentes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olmos *Abel Francisco Paulos Rocha*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia *Cláudia Maria Trinchete Peludo*, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Morais, *Ramiro Borges Valadar*, fez-se substituir pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, *Francisco José Afonso Salomé*, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cortiços, *José Manuel Fernandes*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia *Beatriz Neto* e o Sr. Presidente da União de Freguesias de Talhinhas e Bagueixe *Jorge Orlando Pires Afonso*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia *Ana Luísa Morais Fernandes*. -----

Faltaram à sessão com apresentação de justificação à Mesa da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais: *Maria da Assunção Gemelgo Correia, José Luís Gonçalves Tomé Afonso e João Nuno Ferreira Pires*. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Sónia de Jesus Afonso Salomé e Susana Alexandra Esteves Viana* e os Vereadores em regime de não permanência, *Clementina Augusta Marçal Gemelgo e Edgar Manuel Rodrigues Fragoso*. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à sessão para consulta. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** fez a seguinte intervenção: “Como sabem houve a renúncia do primeiro secretário da mesa e por imposição legal, vamos ter de fazer uma votação. Desde há um ano a esta parte que nós vamos compondo a mesa



C. J.  
D. A.  
C. M.

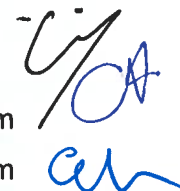
aleatoriamente e até hoje sempre convidei deputados dos grupos da oposição para esse efeito. Na última reunião foi a senhora Deputada Maria José Moreno que esteve, agora pela mesma lógica seria um deputado do CDS e como está na mesa, eu propunha que a eleição recaísse sobre ela, é a minha proposta, por isso, vamos a votações, tenho aqui os votos, a segunda secretária vai chamando as pessoas e vamos votando a não ser que haja alguém interessado para se candidatar ao lugar. Não havendo, eu proponho a Sra. Deputada Daniela de Almeida Rebelo. Decorreu a votação, vamos dar o resultado da votação, a Sra. Deputada Daniela Rebelo fica a primeira secretária com 50 votos sim, 3 votos não e 2 votos brancos, a Ata será apresentada na próxima reunião conforme informado, como toda a gente sabe os pontos mais importantes foram votados em Minuta.” -----

**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----**

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – No uso da palavra fez a seguinte intervenção:” O que me traz aqui é para deixar um voto de congratulação, com a Resolução do Conselho de Ministros N.º 77/2025 de 16 de janeiro. Esta resolução aprova o Plano Nacional Ferroviário e determina à Infraestruturas de Portugal a avaliação dos investimentos ferroviários prioritários. Ora bem, eu penso que é um passo bastante positivo, porque efetivamente já traz aqui a assunção de compromissos relativamente àquilo que será a futura linha de Trás-os-Montes. Obviamente, há um trabalho que vem de trás que vem já do anterior Governo, e que naturalmente, agora prossegue, penso que este é um passo bastante afirmativo, já com uma definição de tempos indicativos, de tempos estimados de viagem, com número de estações, velocidade média de comboio, portanto, aponta já para tempos de viagem de Porto a Vila Real de 1h05, e depois do Porto a Bragança 2h de viagem com 8 paragens e já com o estudo da futura ligação entre Bragança e Zamora. Portanto, apesar de ainda estar em fase de estudo, acho que é mais um passo, embora tudo aponte um prazo, que pode ir até 2050, mas isto é assim, já foi com a A4, que foi preciso esperar também muitos anos primeiro que surgiu o IP4 e depois é que surgiu a A4. Esta realidade já não será possivelmente para o meu tempo, mas o que é preciso é que a obra se faça que se concretize, porque é uma obra até bastante onerosa e, portanto, quero saudar este passo positivo no sentido de aquilo que todos



pretendemos que é de facto, um comboio rápido, não será TGV, mas será um comboio mais rápido e também já agora um comboio com passageiros e que também suporta mercadorias a ligar Porto a Bragança com passagem também pelo nosso território na área de Podence e futuramente, esperamos que assim aconteça, que efetivamente venha a ligar a Espanha (Zamora) e possa partir daí fazer ligação a toda a Rede Europeia.” -----

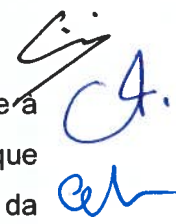
**ROGÉRIO PAULO TALHAS PIRES (PS)** – No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Trago à discussão um pequeno/grande problema que afeta alguma das famílias macedenses. Esse problema que se enquadra na área do neuro desenvolvimento de algumas crianças do nosso concelho, e entenda-se que são crianças com fragilidade cognitiva, défice cognitivo ou com outras áreas de deficiência. Estas crianças requerem um investimento extra por forma a promover o seu normal desenvolvimento cognitivo, uma maior capacidade de adaptação a um mundo que as rodeia com o objetivo de se tornarem no futuro adultos capazes ou o mais autónomos possíveis. Esse esforço claramente deve ser repartido pela família, pela escola e pelos cuidados de saúde, e hoje venho também pedir ao Município que se queira incluir neste processo, pois são famílias e crianças do nosso concelho e estas crianças precisam constantemente de estímulo para ultrapassar as barreiras cognitivas, as quais são portadoras relativamente às medidas seletivas que o nosso agrupamento escolar dispõe, são limitadas, quer a nível humano, quer a nível físico e eu aqui quero englobar o pré-escolar, seja o primeiro ciclo, não vou dizer que não existem, porque existem, mas não são robustas o suficiente relativamente às necessidades destas crianças, na forma que cada criança dispõe do apoio em contexto de sala de aula ao ensino especial, talvez umas 5 ou 6 horas por semana, quando necessitavam que fosse diário, sob pena que nos momentos em que não têm apoio, não consigam acompanhar o desenrolar da matéria dada. Portanto, não faz sentido que o local onde as crianças mais tempo passam, não tenham resposta adequada, isso é tempo precioso nestas idades e porque é o mês do cérebro, tempo é cérebro, gostaria de convidar o Executivo a se inteirar da situação, a avaliar com as escolas as necessidades e junto do Ministério da Educação dotar o nosso Agrupamento de recursos suficientes, ou internamente criar uma rede de apoio com o nosso Agrupamento, implementando sinergias e uma resposta mais capaz, porque, pelo que sei, há barreiras por parte do Ministério da Educação, em atender às necessidades do nosso Agrupamento Escolar. Digo também que há crianças que se deslocam diariamente para outros concelhos vizinhos para estabelecimentos de ensino público, principalmente crianças no espectro do autismo, para conseguirem ter as suas



aprendizagens e o desenvolvimento de que necessitam. Também esta questão parece desajustada, salvo que seja uma opção da família, claro está, mas pelo menos, deveríamos dar a opção de escolha no nosso concelho, pois todos queremos Macedo como um concelho grande e próspero, mas também devemos querer ser um grande concelho para crescer e viver.” -----

**CLÁUDIO JOSÉ BENTO TROVISCO (PSD)** – Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “ Venho aqui não apenas como Deputado da Assembleia, mas também como pai expor uma situação e recuperar um assunto que eu já trouxe aqui no passado, e que tem a ver com a situação da saída dos alunos na Escola e do perigo iminente que existe ali. Em relação ao trânsito de autocarros eu hoje presenciei por pouco aquilo que podia ter sido uma catástrofe, foram 2 miúdos a passar por trás do autocarro, o autocarro em pleno arranque, já sabemos que são autocarros, apesar de serem antigos, mas estão em plano inclinado e no arranque é sempre difícil conseguir fazer o arranque sem recuar ligeiramente, foi por um triz que 2 miúdos não ficaram debaixo do autocarro. Eu já trouxe isto aqui a esta assembleia a minha preocupação com este assunto, e pelo que percebi caiu em “saco roto”. Os miúdos saem da escola completamente desorientados, (já sabemos que são crianças), têm essa desculpa, no entanto como depois da minha intervenção há meses atrás, não me parece ter havido melhorias, eu vou dar uma ideia: não deixem sair as crianças da escola, enquanto os autocarros não estiverem devidamente estacionados à espera de receber os alunos, é a única coisa que vos peço, é um perigo iminente, é um desastre à espera de acontecer, e peço encarecidamente a atenção da Câmara Municipal para este assunto.” -----

**DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ Dirijo-me a este Órgão com sentido de responsabilidade e respeito pelo mandato que os cidadãos de Macedo de Cavaleiros nos confiaram. No entanto, não podemos fechar os olhos às inquietações próprias do momento. Estamos claramente em período de pré-campanha eleitoral e é neste período que emergem as melhores ideias e intenções para o nosso concelho, é um período em que partilhamos as nossas ambições para as nossas gentes e debatemos como as podemos elevar e concretizar, pois esse é o propósito das boas ideias, concretizar, e não ficar no papel numa gaveta, desperdício de tempo e recursos que tanto fazem falta, é no multiplicar destas conversas honestas e francas e sem filtro até, que as ideologias se encontram e se somam, que semelhanças se unem e que acrescentam. Sabemos que estamos em pré-campanha,



porque as ameaças e as promessas falsas, os tachos e as cenouras sobrepõe-se à vontade de arduamente trabalhar por esta terra. Não são poucas as vezes que enfatizamos os aqui presentes neste mesmo local, a causa pública em detrimento da causa própria, contudo, não é essa realidade que vemos plasmada destas portas para fora. Mais do que amizades ou empatias, faço um apelo à reflexão e às ambições que cada um de nós, e cada um que nos ouve, tem e o que deixaremos para os nossos filhos, um punhado de boas intenções e palavras bonitas, ou o suor transformado em concretizações. A minha intervenção é somente um apelo, à dignificação desta nossa classe política tão enxovalhada e por vezes, com motivos bastante fundamentados, apelo também a uma luta limpa e exemplar, já que estamos sempre a invocar e a dar exemplos, à nossa Assembleia Jovem. Distingamo-nos daqui em diante e nos próximos tempos, pelas nossas qualidades e pelos nossos ideais, não pelo medo e não pela introversão e sobretudo, não propaguemos a desonestidade política. Apelo a uma pré-campanha e a uma campanha digna e honesta.” -----

**CARLOS MANUEL LOURENÇO RODRIGUES (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ O assunto que me traz aqui hoje é no sentido de restabelecer aquilo que são factos, e corrigir aquilo que muitas vezes se tenta vender como factos e que não o são. Relativamente ao que foi o 25 de abril e porque na cerimónia da Assembleia Municipal Jovem se disse que o Executivo tinha cancelado as Cerimónias Oficiais devido a indicações do Governo, eu gostaria aqui de referir que tal não é verdade e tenho até aqui o comunicado do Conselho de Ministros que depois deixarei ao Senhor Presidente desta Assembleia Municipal, onde o Governo diz claramente que não foi por ele fixado para nenhum Município, Associação ou Entidade que não fosse feita a Celebração e a Evocação que é sempre feita, e nós tivemos a prova disso em Macedo. O Senhor Presidente decidiu fazer a Assembleia Municipal Jovem e muito bem, a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros decidiu fazer também uma Cerimónia e muito bem, o Executivo decidiu não fazer, e não julgarei se bem ou mal, é uma opção, e não estou aqui a julgar a opção, estou apenas a dizer que não podemos tentar passar para as pessoas, informações que não são factuais, porque a liberdade permite-nos dizer tudo, mas a responsabilidade obriga-nos a dizer o que são os factos e o que é a realidade. Uma opção não é aquilo que depois se diz que foi imposta por terceiros, foi uma opção e também tenho aqui, e faço questão de deixar o Decreto que estabelece o Luto Nacional, onde em lado nenhum se diz, o que deve ou não ser feito, apenas estipulam as datas do Luto. -----

Num segundo ponto gostava de questionar aqui ao Senhor Presidente da Câmara, qual é a situação da composição do Executivo neste momento, ou seja, se o Senhor



Cj  
ca  
ew

Vice-Presidente pediu já dispensa de funções ou, em que situação se encontra, pois temos visto que tem andado diariamente umas vezes de manhã, umas vezes tarde, umas vezes o dia todo nas atividades político-partidárias. Tem todo o direito de as fazer enquanto Candidato, e até como Macedense, desejo-lhe a melhor sorte pois certamente se for eleito lutará pelos nossos interesses, mas acho que era importante esclarecer aqui na Assembleia e aos Macedense a atual situação do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Candidato à Assembleia da República nas Eleições do próximo dia 18 de maio de 2025.” -----

**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** – Usando da palavra fez a seguinte intervenção: “ Trago aqui dois assuntos: o primeiro até me parecia um problema menor mas como já ouvi aqui intervenções onde o dinheiro é necessário, muito mais necessário do que aquilo que nós andamos a gastar a descentralizar, eu queria saber se essa ideia de descentralização aqui desta Assembleia já teve um fim, porque nós descentralizamos no Lombo, descentralizamos em Carrapatas e depois centralizamos no mercado, e eu queria saber se essa deriva acabou, e passamos a ficar aqui como o filho pródigo a regressar a casa, e deixamos de andar a gastar dinheiro descentralizando as reuniões da Assembleia Municipal, porque dinheiro é caro e é bem mais utilizado noutras áreas, como já foi referido: Gostava de uma resposta, não sei se essa pergunta passa para o Presidente da Assembleia se para o Presidente da Câmara, mas gostava de saber se essa ideia descentralização já acabou, porque eu sei que nas aldeias há mais pessoas que nas cidades, e não sei se a ideia é ser simpático nas aldeias para captar votos. Gostava portanto de uma explicação concreta sobre este assunto e se essa descentralização já acabou e se as outras aldeias já não vale a pena esperarem por nós. -----

Outro facto que já aqui atrás aconteceu foi que houve uma missa e o Padre não apareceu. Eu sou religioso e ao domingo gosto de ir à missa e no domingo passado lá estava eu às 11h30m, eu e muita gente, só que a missa era no Clube de Caça e Pesca de Nogueirinha. Acho que houve uma missa antes às 10 da manhã, mas a grande maioria das pessoas que ao longo de anos e anos iam à missa às 11h30m, ficaram sem missa e sem explicação, porque muitas destas pessoas idosas não têm redes sociais para se informar e estas pessoas que não têm um “Peugeot Zinho” como tem o Sr. Presidente da Câmara, foram para casa tristes, porque fizeram a caminhada, e não podiam ir até Nogueirinha a pé, penso que estas situações não podem, nem devem acontecer.” -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que a descentralização das Assembleias Municipais continua se os Senhores Presidentes de Junta assim o entenderem. Informou que já contactou vários Presidentes de Junta e estão disponíveis para que a Assembleia Municipal de Junho ou de Setembro se alguém se quiser candidatar possa ser descentralizada. -----

**MARIA JOSÉ VIEIRA TEODORO MORENO (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção:

“ Isto é mais um pedido de esclarecimento do que uma pergunta: - constatou-se ou comentou-se que havia instalação de sistemas de videovigilância na nossa Cidade, na via pública mais especificamente, junto à Câmara, junto ao Parque Municipal e noutros sítios. Dizer que eu concordo plenamente com este facto, mas acontece que estive atenta à última reunião de Câmara e quando o Senhor Presidente foi questionado sobre o assunto pela Vereadora Clementina Gemelgo, sobre os procedimentos da instalação, o Senhor Presidente não respondeu. Se calhar, foi por lapso ou por esquecimento, mas convém que todos sejamos esclarecidos, pois este sistema tem procedimentos que têm de ser cumpridos ao pormenor para se encontrarem dentro da legalidade, por isso, vamos clarificar e passo a citar “...na esteira da Lei n.º 1/2005 que foi revista pela Lei n.º 95/2021, não esquecendo no meio, a Lei n.º 58/2019 que assegura a execução na ordem jurídica nacional de RGPD...” em que todas pautam pelo mesmo preceito. Logo a instalação de sistemas de vídeo vigilância na via pública está sujeito ao Regime da primeira Lei de 2005 que diz que a autorização vem do Ministro da Administração Interna e a outra de 2021 que vem colmatar a mesma, prevê a necessidade de uma autorização prévia do Governo Central, ou seja, a última diz do Governo Central. Esta Lei que estabelece a videovigilância só pode ser utilizada para fins específicos Senhor Presidente, como a proteção de edifícios públicos, a proteção de instalações para a defesa nacional e por aí adiante, por causa do risco de crimes, mas a Lei supra descrita é clara ao estabelecer que esta instalação nas vias públicas ou em lugares públicos e de acesso público requer autorização prévia, então, o pedido dessa autorização tem que ser feita ao Governo Central ou pela Lei de 2005, tem que ser ao Ministro da Administração Interna. Após a obtenção dessa autorização, os sistemas de videovigilância têm de passar por controlos de fiscalização pelas Forças de Segurança e não só. Temos que ver a falta de aviso de videovigilância que leva a muitas penalidades, porque estão aqui em causa a proteção de dados pessoais das pessoas, e nós temos que ter isso em consideração. Em suma, se formos ver, a instalação da videovigilância na via pública em Portugal é sujeita a um regime específico, é sujeita a um regime rigoroso com o objetivo de garantir a proteção dos direitos individuais e da segurança pública, mas tem que haver conforme a Lei n.º

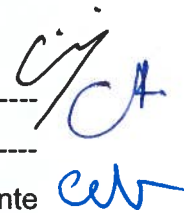


Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'C. J. D.' and 'aw'.

95/2021, ao abrigo do seu artigo 5.º que tem que haver autorização expressa dos membros do Governo que exerce esta direção, porque temos que salvaguardar os interesses dos cidadãos, nós não podemos filmar, não podemos ouvir, sem ter esse aviso prévio pois os cidadãos têm de saber onde se encontram essas câmaras de videovigilância. A decisão de autorização procedida do parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o dever dos cidadãos quanto ao cumprimento de regras referentes à segurança dos tratamentos dos dados recolhidos, porque cada um é um, e nós não podemos estar a vislumbrar a vida do próximo sem o seu consentimento ou às escondidas, porque o que era antigamente não é agora, por isso é que vivemos num país livre. Caso não saiba Sr. Presidente a PIDE já acabou, por isso, temos que pensar nisso. Este sistema tem que estar e deve estar sinalizado ao público, conforme a legislação em vigor, deve indicar a existência do sistema e informar sobre o direito das pessoas e dos cidadãos em relação à proteção de dados, é obrigatório afixar avisos informativos em local bem visível, indicando que o local é objeto desse sistema, informando os direitos dos seus cidadãos, neste caso dos nossos cidadãos. A sinalização deve incluir também a menção passo a citar “para sua proteção este local e objeto de videovigilância”, e informação sobre a entidade responsável pelos tratamentos dos dados recolhidos, por isso, eu queria que o Senhor Presidente viesse esclarecer este assunto, e se realmente existem ou não os sistemas de videovigilância a funcionar, e acho bem que existam, mas tem que haver informação para que todos possamos saber que existem, porque isto é uma causa de direitos, liberdades e garantias também.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Antes de mais, queria dar os parabéns a todos, pelos eventos que se realizaram durante este período desde a última Assembleia até esta data. Dizer que esta dinâmica continua nas Freguesias, portanto, estão todos de parabéns. Queria agora em particular, dar os parabéns à Junta de Freguesia do Lombo, porque a Comunicação Social fez ênfase e nós também devemos fazer aqui na Assembleia, porque implementou um serviço de consultas com uma médica na sua Freguesia. Acho que estão de parabéns. A médica é natural do Lombo, mas de qualquer forma, acho que fica bem que nós também façamos essa homenagem à respetiva Junta de Freguesia. Sr. Presidente da Câmara, queria perguntar, e eu sei que o PRR está atrasado, mas queria saber como é que está a questão do primeiro direito na habitação, se a nível do concurso das casas aqui em Macedo está adiantado, e qual o ponto desta situação nas outras Freguesias.

Agradeço se digne informar esta Assembleia sobre esta questão.” -----



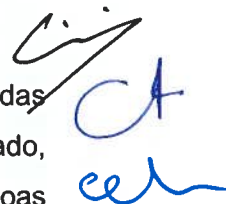
**SÉRGIO DAVID RAMOS BORGES (PSD)** – No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “ A opção do Executivo Municipal em cancelar as comemorações oficiais da data que fundou a nossa Democracia, do nosso ponto de vista, foi politicamente incompreensível é civicamente lamentável. O 25 de Abril é tão só a data que nos permite estar aqui hoje a falar, a pensar e a discordar perante esta decisão, que consideramos injustificável. A Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros assumiu as suas responsabilidades democráticas e em tempo record organizou uma cerimónia simbólica, mas carregada de significado e dignidade. Fizemos questão de hastear as bandeiras a meia-haste como o Luto Nacional nos impôs, falamos com clareza sobre os valores de abril e sobre a urgência de os defender, especialmente hoje, quando os extremos políticos ganham espaço e ameaçam os pilares fundamentais da nossa Democracia. Distribuámos cravos à população, símbolo maior da revolução pacífica que nos devolveu a liberdade, homenageamos o Papa Francisco com um minuto de silêncio e uma pagela, figura que enquanto “Mario Bergoglio”, também enfrentou uma ditadura e nunca abdicou de defender a liberdade como valor essencial à dignidade humana. Com o respeito pelo momento de Luto Nacional, não nos escondemos atrás do silêncio, não cancelamos abril, cumprimos abril, e a todos os que se juntaram a nós o nosso sincero agradecimento, a todos os que nos fizeram chegar palavras de reconhecimento a nossa gratidão, mas não podemos deixar de lamentar e registar a ausência dos principais representantes políticos do concelho, convidados formalmente, para a cerimónia. Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Vereadores com pelouro, optaram pelo silêncio optaram pela ausência, optaram por não fazer cumprir abril. Quanto a nós a nossa posição é clara, não abdicamos do nosso papel enquanto representantes eleitos, não aceitamos que a liberdade e a memória democrática sejam relegadas para segundo plano. Abril e todos nós, cumprimos abril, e continuaremos a cumpri-lo.” -----

**JOÃO MANUEL RODRIGUES ALVES (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Hoje venho aqui para vos falar do Carnaval de Podence (Entrudo Chocalheiro), pois como sabem, ainda não tive oportunidade de o fazer, desde que o Carnaval se realizou. Acabámos este ano por constatar que realmente o Entrudo Chocalheiro é neste momento, o maior Evento do Nordeste Transmontano, o que muito nos honra, porque é no nosso concelho e particularmente na nossa Freguesia (Podence), pelo que devo deixar aqui algumas considerações em relação a isso, coisas que normalmente as pessoas acham que realmente correu bem, foi um sucesso, mas há determinados



aspectos que são essenciais aqui referir-se para atingirmos, não digo a perfeição, mas para melhorarmos o evento cada vez mais. E este ano conseguimos melhorar algumas coisas também é normal que assim seja, porque vamos tendo cada vez mais experiência na organização. Como sabem a organização é feita pela Junta de Freguesia e pela Associação de Caretos apoiada devidamente pela Câmara Municipal, e em relação a isso queria deixar aqui um alerta à Câmara, porque como sabem, para mim foi a última participação em que estive presente como Presidente de Junta, portanto, penso ser importante deixar aqui um pouco da minha experiência, porque este evento já atingiu uma dimensão de tal ordem que me parece que a Câmara que enquanto maior interveniente nesta situação, deve começar a pensar em constituir uma Comissão Organizadora do Entrudo Chocalheiro, porque o Entrudo Chocalheiro até aqui tem sido feito há uns anos a esta parte, essencialmente através da “carolice” e da experiência que tanto eu, como o Presidente Associação de Caretos, fomos adquirindo, é que tem tornado possível que as coisas tenham acontecido desta forma e com este êxito. No entanto, há aqui determinados aspetos, que como digo, já começam a ter alguma especificidade que devem ser pensadas provavelmente por uma Comissão que depois venha a ter essa experiência para que as coisas continuem a correr bem e a crescer. Quanto ao Certame deste ano queria agradecer à Câmara, particularmente o empenho que teve em conseguirmos resolver uns problemas de eletricidade, pois como sabem todos os anos a corrente elétrica ia abaixo, porque o consumo era exagerado em função da rede elétrica que estava disponível, mas este ano houve um esforço da Câmara, da Junta de Freguesia e da E-Redes para se resolver esse problema e conseguiu-se, porque não houve cortes de corrente elétrica. Quero agradecer também às Infraestruturas de Portugal e à Autoestrada Transmontana por nos terem concedido a possibilidade de utilizarmos os parques de estacionamento da Autoestrada, porque, como sabem o maior dos problemas tem sido sempre o estacionamento e as casas de banho. Quanto às casas de banho conseguimos temporariamente resolver através da implementação de casas de banho portáteis com alguma dignidade e correu bem, não houve problemas de maior e os parques estacionamento, apesar de termos enchido os parques da Autoestrada e todos os outros parques que habitualmente costumávamos encher, continuamos na mesma a encher a estrada, as bermas, e todas as terras por ali fora. Na minha opinião, da forma que este ano se desenrolou acho que foi bastante satisfatório, as coisas correram relativamente bem, mas continua a ser preciso futuramente melhorar se possível, mas continuar, e manter pelo menos as coisas desta forma, com a abertura da parte das Autoestradas, para que os parques se continuem a utilizar. O

*Handwritten signature and initials*



investimento que foi feito na vedação dos Parques junto à Autoestrada, era uma das situações que era exigida e, aliás, nós na proposta que fizemos isso foi logo colocado, porque nem podia ser de outra forma, pois não podia haver o perigo de as pessoas saírem dos parques e entrarem para a estrada, e eles foram bastante rigorosos na fiscalização e no acompanhamento. Em suma, correu tudo bem, no entanto, foi necessário fazer um investimento de última hora que não estava previsto que foi de alguma monta, mas, ressalvo, que já fica para futuras Edições, mas vai ser preciso sempre pedir autorização novamente todos os anos, mas, pelo menos o que me foi transmitido foi que haveria disponibilidade de isso continuar a acontecer. -----  
Em relação ao evento em si, eu quero dizer que mais uma vez, superou todas as expectativas, foi o maior ano de sempre em termos de gente presente. Na sexta-feira à noite já havia muita gente lá, o sábado teve mais gente que no sábado de anos anteriores, o domingo teve muito mais gente também que anos anteriores, na segunda-feira foi mais ou menos igual aos anos anteriores, mas na terça-feira que normalmente era inferior em termos participantes, foi a loucura total, se calhar, por causa do tempo estar bom. Dar nota que na terça-feira, por aquilo que nós conseguimos aferir, tivemos a afluência de muita gente que não contávamos, tudo isto só para vocês ficarem com a noção da dimensão que o evento tem. Na terça-feira as pessoas não se conseguiam movimentar na rua, portanto, acho que a Câmara deve futuramente acautelar a continuidade destas situações, porque um dos elementos que participava e que tornava este evento possível vai deixar de estar e é necessário acautelar essa situação. Deixo aqui esta nota e peço também se for possível, que haja um reforço da verba, porque a que nos é dada pelo Município já está a tornar-se insuficiente.-----

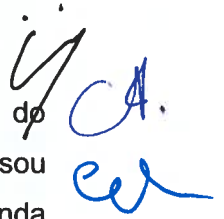
**FÁTIMA RAQUEL EUSÉBIO COSTA (PSD)** – Que usando da palavra fez a seguinte intervenção: “ Senhor Presidente da Câmara Municipal, apesar da reunião que tivemos no dia de ontem, aqui estou de viva voz como desafiada por Vossa Excelência na reunião de Câmara do dia 22 de abril, para dizer não só de viva voz, mas cara a cara, não só aos macedenses e a quem se dirigiu naquela reunião mas, principalmente, e da minha parte, na parte que me toca, aos Valepradenses que, à semelhança do que lhe disse ontem na reunião que tivemos no seu Gabinete, as suas declarações do dia 22 de Abril não são verdadeiras. -----

Senhor Presidente, primeiro que tudo é falso que Vossa Excelência me tenha avisado que não iria estar presente em Vale Prados, ou tão pouco que se encontrava fora. Não o fez vossa excelência pessoalmente, nem quem o assiste no Gabinete, contrariamente ao que disse na reunião de Câmara do dia 22 de abril, que eu estaria



*Cij* *A*  
*cel*

farta de saber, que o Sr. Presidente não iria estar presente, isso não é verdade. -----  
Dizer que de facto houve um convite da minha parte em representação da Freguesia de Vale de Prados, com indicação da hora da Cerimónia de ida Terceira Edição da Feira do Calço, seguido de merenda, convite esse entregue, à semelhança de outras ocasiões, pelo Deputado Municipal Ilídio Alves, pessoa que eu considero e que sempre colaborou na organização do evento a quem de resto, agradeço publicamente a ajuda. Em conversa com o Deputado Municipal Ilídio Alves e ele está ali e pode confirmar, pedi-lhe que me fizesse o favor de fazer chegar o convite Institucional ao Executivo e Assessores Municipais. No que toca ao Executivo, em conversa com o Senhor Ilídio disse-lhe que embora descontente com a falta de investimento municipal para a Freguesia de Vale de Prados, seriam bem recebidos, como sempre foram. No dia 14 de Abril, ao fim da tarde, tive o cuidado de ligar a quem, como diz o Senhor Presidente, o assiste no Gabinete e numa conversa de cerca de 1 minuto com a Engenheira Sónia Geraldês, pedi que fizesse transmitir a mensagem, que por falta de tempo da minha parte, não lhe tinha entregue o convite em mão, mas que naturalmente, contava com a sua presença e que seria bem recebido e que o convite era também extensível à Engenheira Sónia Geraldês. Mais indaguei junto dela, neste mesmo telefonema sobre o ponto de situação de execução da obra por parte do Município na minha Freguesia, ao que a mesma além de agradecer o convite, respondeu que iria ver a situação e me daria feedback. Nada mais foi falado entre nós e, em momento algum, a pessoa que o assiste, Senhor Presidente mencionou ou referiu a sua impossibilidade de comparecer em momento algum, repito, e que a persistir nesta mentira Senhor Presidente, porque foi mentira e é mentira, será provado em sede própria, como ontem tive oportunidade de lhe dizer a si e à Engenheira Sónia Geraldês. Além desta chamada do dia 14 de abril nenhum outro contacto foi efetuado nem feito, nem pessoalmente, nem telefonicamente, nem por e-mail, nem via mensagem ou WhatsApp, até à passada quinta-feira que foi por minha iniciativa que entrei novamente em contacto com a Engenheira Sónia Geraldês. Da parte da Senhora Vereadora Susana Viana, tive a indicação que, efetivamente, por motivos pessoais, não poderia estar presente no dia 14 de abril. Posteriormente à chamada com a pessoa que o assiste no Gabinete (palavras suas Senhor Presidente), liguei também ao Senhor Vice-Presidente Rui Vilarinho, exatamente com a mesma abordagem e a quem fiz chegar o convite através do Ilídio Alves por falta de tempo, mas que seria bem recebido e aproveitei a oportunidade, para mais uma vez, manifestar ao Senhor Vice-Presidente a minha preocupação com a não execução de investimento de obra para Vale Prados, que em resposta me diz que havia suspenso



as funções no Município em virtude de ser Candidato às Eleições Legislativas do próximo dia 18 de maio de 2025 mas, que tentaria passar, como efetivamente passou em Vale Prados, nessa qualidade, de Candidato às Eleições Legislativas e que ainda assim iria tentar ver o ponto de situação quanto à execução da obra por parte do Município, o que veio a suceder, dando feedback do investimento, ou da falta dele e que independentemente de toda e quaisquer divergência, que na Gestão Municipal possa ter, e que são muitas, é pessoa a quem reconheço coragem política para assumir as suas decisões ou a falta delas, seja relativamente ao atraso na execução de obra na Freguesia de Vale Prados ou outro assunto qualquer. Diferentemente, o Senhor Presidente quer na reunião de câmara do dia 22 de Abril, quer também na reunião do dia de ontem entre nós dois no seu Gabinete em momento algum pôs por hipótese que efetivamente a pessoa que o assiste, não tinha dito como efetivamente não disse. Em 2º lugar, relativamente ao facto também de por si ter sido afirmado, Senhor Presidente na reunião de Câmara também no dia 22 de Abril e na reunião de ontem, de que havia falado com o senhor Presidente da Assembleia para na sua ausência, representar não Executivo, mas os Órgãos Municipais, reitero, que em momento algum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Professor Camilo Morais no compasso de espera, que foi cerca de hora e meia no sábado dia 19 de abril em Vale Prados, referiu que estava mandatado para o efeito, ou justifica a ausência do Sr. Presidente da Câmara . O Dr. Camilo em momento algum, referiu a mim ou a quem o acompanhava e foram muitos a ouvir, que o Senhor Presidente lhe tinha feito tal pedido, como também não referiu em palco, o que a ser verdade, não deixaria de ser dito pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, cuja experiência política não perderia a oportunidade de o fazer. Agora, socorrer-se do Dr. Camilo imputando-lhe o ónus da responsabilidade e pôr em causa a honra e palavra do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, pessoa a quem uma vez mais, agradeço a presença que muito nos honra, mas que não colmata a ausência, não avisada, do Sr. Presidente da Câmara. -----

Por último, Sr. Presidente, também disse em sede de reunião de câmara, no dia 22 de abril e passo a citar "...achei tão estranho, tão estranho aquele discurso, que tive necessidade naquele momento de ligar, e no fim do discurso perguntei o que se passava, isto não é normal..." ontem na reunião que tivemos confrontado com essa chamada e se foi a mim que me ligou depois do discurso, teve oportunidade Sr. Presidente de Câmara, de esclarecer que não foi a mim que me ligou, mas sim, e uma vez mais, ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia. A mim não me ligou certamente, porque não tenho registo nomeadamente da operadora de qualquer chamada da sua parte nem naquela tarde, nem naquela noite, nem em momento algum naquele dia,



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

naquela tarde, ou naquela semana. Portanto, e por isso, que fique aqui a constar e que fique esclarecido e assente de uma vez por todas que o Sr. Presidente da Câmara não me ligou e não entrou em contacto comigo e quanto ao aproveitamento político de que me acusa já tive oportunidade de lhe dizer.” -----

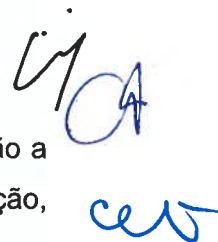
Na sequência desta intervenção o **Sr. Presidente da Assembleia** esclareceu que o Presidente da Assembleia Municipal representa o Município e não é mandatado por ninguém.-----

**CARLA ALEXANDRA DIAS MIRANDA (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ O que me traz aqui não é nada de novo já se tornou um hábito eu vir a este palanque perguntar como se encontram as obras que estão destinadas para a minha Freguesia de Vale da Porca. Tenho um muro que já venho a falar dele há um ano, a esta parte e que me é dito que vai ser Reabilitado e até à data não se vê nada feito, nem sei de nada, nem tão pouco me perguntam qual é o material que vão usar, como o vão fazer o muro nem quando vão começar. Não sei de nada, sei apenas que o muro se encontra a ruir, como toda a gente sabe e está lá bem visível para quem passar e queira apreciar o monumento está lá visível. Aqui está em causa a segurança das pessoas que continua comprometida e o problema persiste, e estamos neste impasse. Em relação à Rua do Cabeço, uma das Ruas que foi pedida e orçamentada desde o primeiro ano é uma Rua que se encontra completamente débil e já não passa lá um carro sequer, mas este foi um dos compromissos do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Rui Vilarinho que fez esta promessa a mim, ao meu Executivo e principalmente aos fregueses de Vale da Porca, que essa obra iria ser realizada neste mandato. Pessoalmente, confesso que estou completamente apreensiva, porque eu vejo o tempo a correr, os dias e o tempo a passar, e a obra não se realiza. Gostava que o Sr. Presidente me dissesse se já há datas previstas, ou se há alguém que me diga quando e como vão fazer estas obras.” -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões suscitadas pelos Srs. Deputados Municipais, dizendo: -----

“ Aproveito o momento para felicitar a recém-eleita 1.<sup>a</sup> Secretária da Assembleia Municipal, a Sra. Deputada Daniela Rebelo. -----

Quero começar por agradecer a oportunidade que me dão de aqui, publicamente, esclarecer as pessoas, principalmente quando algumas abordagens que aqui são



feitas são menos precisas, e destas, lamentar como é que alguém põe em questão a veracidade das questões que eu levanto. Então começando pela primeira intervenção, desde já uma saudação também especial pela forma como sempre nos habituou a fazer aqui abordagens de temas que são do interesse global, cumprimento o Deputado Municipal José Madalena e agradeço, por trazer aqui esta situação da Resolução do Conselho de Ministros que tem sido uma luta de todos os Transmontanos, porque é um direito que nos assiste pois nós somos o único distrito, quiçá, que não tem verdadeiramente linha ferroviária que nos ligue à Capital do Distrito e também a Vila Real, o que para nós Transmontanos é sempre uma situação lamentável. Neste momento estar incluído no plano Ferroviário Nacional é de facto, já um sinal, mas eu confesso que na última reunião que tivemos com a presença do Sr. Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, eu tive oportunidade de dizer que a melhor forma de nós alavancarmos o Desenvolvimento Económico da Região e de forma mais rápida, era um investimento que não era assim tão grande, fazer no aeroporto regional em Bragança, uma alavancagem em todo o sentido, não só na questão de exportação de mercadorias, mas particularmente da vinda de turismo para o território, que é isso que nos pode alavancar, além do conhecimento do investimento que nós temos na academia, o turismo de facto é o nosso principal potencial e fonte de rendimentos e não é nada de transcendente. Segundo o projeto que foi apresentado pela Câmara Municipal de Bragança, estaríamos a falar de 48 milhões euros, e para o Governo era fácil fazer este investimento, aliás, eu digo-vos que fiz uma proposta melhor, nós poderíamos fazer um investimento a meias em que metade da verba seria paga pelo Governo e a outra metade seria paga pela CIM, e eu não teria problemas nenhuns em que abdicássemos da nossa verba de investimento e pudéssemos todos juntos, (os 12 concelhos e não só), e aqui criarmos um polo de alavancagem para a economia e estamos a falar de economia, à base do turismo regional, porque nós sabemos que do turismo que chega ao aeroporto de Pedras Rubras chegam aqui a nós apenas 3%. Portanto, isso não é nada e todos os grandes países que tiveram grande investimento foi com base na possibilidade do potencial turístico que tem, e nós devíamos pensar nisto porque, como disse e muito bem o Sr. Deputado, nós já cá não estaremos para ver o TGV ou o comboio de alta velocidade, mas teríamos possibilidade de ter aqui transportes aeronáuticos, a ligar-nos a todo o mundo e a trazer turismo para aqui, e nós vamos continuar a lutar por isto, que é a nossa região e continuo a dizer, se temos visão económica de futuro, tem que passar por aí. Agradeço ter mais uma vez o facto de ter trazido essa nota aqui.” -----

Quanto à intervenção do Deputado Rogério Pires que levantou aqui uma questão muito pertinente e, de facto, felizmente nos dias de hoje não temos tantas crianças



com este défice de neuro desenvolvimento, mas elas estão cá e nós temos essa preocupação. Neste momento, existe um projeto que é o IPSS no qual está previsto a contratação de uma Técnica Emocional e segundo sabemos, iremos ter dentro de algum tempo a capacidade para podermos intervir aqui no nosso território, com projetos talvez mais válidos do que aqueles que nos obrigam muitas vezes a deslocar as nossas crianças para fora e nós não queremos isso, nós queremos que elas sejam acompanhadas aqui e vamos ter essa preocupação, essa Técnica Emocional que vai ser contratada é competente para tratar esse tipo de acompanhamento que, obviamente, terá que ser feito em coordenação com o Agrupamento de Escolas, e também está previsto no âmbito deste projeto a promoção do sucesso escolar, levar a Conselho Geral das Escolas. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Cláudio Trovisco eu partilho essa preocupação, e confesso que a preocupação é de todos nós, os autocarros não terão grandes condições, mas nós no concurso que está em curso, que é um concurso internacional, esta questão dos equipamentos, dos autocarros está salvaguardada, e eles terão que ter condições para não acontecer situações destas. Quanto à questão da saída dos alunos, nós temos aqui duas possibilidades, primeiro, a gestão é da responsabilidade do Agrupamento de Escolas, obviamente que nós também temos preocupações com isso, mas nós também sabemos que as Associações de Pais, a exemplo do que acontece noutros países, e dou vários exemplos, como nos Estados Unidos e na França, nós vemos voluntariado de pessoas que no momento em que as crianças saem, elas acautelam a passagem com sinalização e com a presença dessas pessoas a passagem das crianças é feita em segurança. A sugestão que nos faz, acho que é aquela que nós temos que seguir desde já, que é, não permitir que as crianças saiam enquanto os autocarros não estiverem parados e vamos ter que acautelar isto e fazendo chegar esta preocupação ao Agrupamento de Escolas, porque a gestão, de facto, tem que ser feita por eles. -----

Quanto à abordagem da Deputada Daniela Rebelo dizer que eu concordo com tudo aquilo que disse. Eu não gosto que palavras bonitas, gosto mais do suor transformado em concretização e vamos ter oportunidade de ver esse suor plasmado naquele ecrã daqui a um bocado, gosto de luta limpa, e defendo sempre luta limpa e é por isso que às vezes, eu me revolto com algumas abordagens que são feitas, principalmente quando são em público e com transmissão pela Onda Livre e obviamente que, pelos nossos ideais e pela honestidade política, estamos de acordo, com a sua intervenção portanto, agradeço as suas palavras e espero que elas sirvam para algumas pessoas aqui tomarem como exemplo esta sua intervenção. -----

ij  
ed



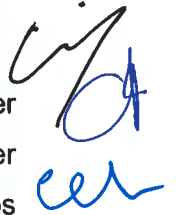
Quanto à intervenção do Deputado Carlos Rodrigues, sobre as “não” Comemorações do 25 de abril, obviamente, que há aqui outro aproveitamento político, mas há uma coisa que eu gostava que ficasse aqui bem claro, o 25 de abril esteve até pouco antes da chegada do convite do Senhor Presidente de Junta de Freguesia, que foi às 17 horas do dia anterior, o que é de facto, estranho, porque quando não há cerimónias previstas e quando nós cancelamos as nossas, foi “agarrada” a oportunidade de a Junta de Freguesia avançar com as Comemorações do 25 de Abril. Eu não sei, se nos anos anteriores, realizaram essas cerimónias, mas sei que este ano foram realizadas com um convite que chegou à Câmara às 17 horas do dia anterior, quando a cerimónia era às 10h00 da manhã do dia seguinte. Isto leva-me a pensar que foi porque nós resolvemos cancelar acolhendo a sugestão do Senhor Presidente da Assembleia. A Assembleia Municipal é que organiza estas Cerimónias, e o Município foi solidário com a proposta do Sr. Presidente de suspender as cerimónias, nomeadamente os eventos musicais, e os eventos de rua, ou seja, tudo o que envolvesse ruído por uma questão de respeito e de Luto Nacional. Obviamente, como vocês sabem, quase todos os municípios, da minha cor política realizaram as Cerimónias, mas eu por uma questão de respeito, para com aquela pessoa com quem nós tínhamos estado há bem pouco tempo e que nos transmitiu todo o carinho que ele demonstrou perante nós, eu não me sentiria bem a fazer uma arruada com bandas musicais. Mas celebramos o 25 de abril porque fizemos uma cerimónia com aqueles que nos merecem toda a consideração que são os Jovens que nos dão bons exemplos, tal como a Deputada Daniela referiu, que os nossos jovens nos dão exemplos de como é o um comportamento político e aqui fizemos uma sessão fantástica com os jovens que nos deram uma lição do que é ser 25 de abril, que é respeitar a liberdade e respeitar a liberdade é respeitar a pessoa que mais praticou a liberdade e a democracia, de seu nome Papa Francisco. E eu acarinhei com muita vontade e muita determinação, a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, mais uma vez, nós tivemos o cuidado de estar concertados para bem da nossa imagem pública, foi uma opção. Aproveito para dizer ao senhor Deputado Carlos Rodrigues que eu nunca disse, em momento algum que foi uma ordem do Governo, porque se o fosse, provavelmente, eu nem sequer a acataria, portanto, não sei porque é que veio aqui com essa ideia. -----  
Relativamente a intervenção do Deputado Jorge Olaio, concordo com tudo aquilo que diz, e digo-lhe que também me preocupo, mas não temos responsabilidade nem numa situação, nem na outra e a abordagem que aqui fez. Uma é da inteira responsabilidade do Senhor Presidente da Assembleia que já aqui lhe respondeu e quanto à questão da missa, onde estive presente no Clube de Caça e Pesca, já é uma tradição, e esta



questão é da responsabilidade da Unidade Pastoral fazer a comunicação, aos fiéis e aos crentes. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Maria José Moreno dizendo que pretende uns esclarecimentos, dizer-lhe que estamos de acordo em tudo aquilo que disse relativamente à instalação das câmaras de vigilância. Elas estão instaladas, não estão a funcionar porque não podiam, como disse e muito bem. Há regulamentos e nós temos esses pareceres, todos pedidos, e está tudo concertado com a GNR, e estamos a falar do Ministério da Administração Interna. Como é óbvio quando for possível, nós vamos pô-las a funcionar pois como sabe, é um processo complexo e falou no RGPD, e muito bem, e o que nós pretendemos é proteger as pessoas, sem dúvida até porque temos registado situações críticas como já aconteceu, nomeadamente no Azibo alvo de vandalismo de barcos, assaltos à câmara e outras situações de vandalismo de equipamentos públicos, portanto, para nós isto é fundamental, sabemos que são processos morosos, são lentos, mas temos que os fazer de acordo com a lei, portanto, fica o esclarecimento e agradeço ter trazido essa preocupação. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Manuel Mico e o agradecimento aos eventos, eu reforço esse agradecimento, e agradeço às Freguesias aos seus Presidentes de Junta e às associações, porque por detrás destes eventos, muitas vezes estão as Associações, nomeadamente Associações Jovens, que demonstram aqui uma vitalidade única, e de facto, desta forma nós vamos mantendo uma animação nas Freguesias, e uma certa ação económica que é fundamental para os pequenos produtores para escoarem os seus produtos que são de qualidade (biológicos), e xisto permite-nos a nós desfrutar daquilo que o nosso território produz de melhor e ao mesmo tempo, criamos condições para a sustentabilidade económica local, além da sustentabilidade social, que é termos as pessoas entretidas alegres em convivência uns com os outros. Portanto, eu em relação a isso só tenho que agradecer a todos os envolvidos. Já falámos no Entrudo Chocalheiro, já falamos na Feira do Folar de Vilarinho de Agrochão, na Páscoa de Outrora, (onde eu não pude estar) e obviamente, muitos outros, nomeadamente também aquela nota que deixou aqui que muito me satisfaz, porque me faz lembrar outros tempos em que eu era mais jovem e que também fiz este tipo de serviços junto da Junta de Freguesia da minha aldeia (Talhas). No caso da Junta de Freguesia de Lombo e muito bem, quando nós temos alguém com origem da nossa terra, e que vai fazer um trabalho voluntarioso a favor das populações, isso é fantástico. E está ali o meu Presidente de Junta, porque é meu Presidente, que se lembra muito bem do trabalho que fizemos naquela aldeia, noutros tempos em que as pessoas precisavam do nosso apoio, em que o inclusive eu próprio



tive que responder ao Infarmed por causa de uma acusação de fornecer medicamentos gratuitos à população necessitada, e reparem que aquilo que devia ser feito pelo Estado fazia-o eu. Reparem que com esta atitude significa que os Presidentes de Junta estão preocupados em dar assistência às populações, mas há sempre alguém que não gosta, por isso quero agradecer pelo facto de ter levantado aqui esta questão. -----

Relativamente ao Primeiro Direito dizer que no mundo rural e não só, o levantamento está feito, e nós temos agora um tempo para iniciar a Candidatura quando esses Avisos forem abertos, serão lançados, neste momento, ainda não estão lançados. ----

Quanto à intervenção do Deputado Sérgio Borges, dizer-lhe que nós apenas cancelamos as Cerimónias que podiam ser ruidosas por uma questão de respeito, decidimos não continuar com essas cerimónias e apenas manter a cerimónia que para nós era bem mais representativa, é aquela em que nós podemos dar um sinal aos nossos jovens, que se portaram excelentemente, é só ver os elogios que tivemos aqui. Portanto, não percebo o porquê da decisão de este ano, no momento em que nós cancelámos, vocês decidirem fazer uma cerimónia, mas pronto, espero bem que esclareçam isso. Outra coisa que eu também não percebo que, aliás, foi discutido com o nosso Presidente da Assembleia, é como é que se pode, num momento de Luto Nacional, hastear uma bandeira a meia-haste, não percebo pronto. -----

Quanto à intervenção do Presidente João Alves dar os parabéns e digo-lhe já que é com grande pesar que vejo um Presidente de Junta ao fim de tantos anos e depois de dar tanto ao nosso concelho e à Região, estar prestes a terminar o seu mandato, porque Presidentes de Junta eficientes e competentes não deviam terminar os mandatos até serem eles próprios a tomar a decisão de terminar. Deixo aqui publicamente a minha homenagem, ao Sr. João Alves por tudo aquilo que tem feito e a prova disso, foi aquilo que aqui mencionou, e muito bem, como esta pró-atividade com a Proteção Civil, de prever que iríamos ter “desorganização” e iríamos ter uma grande enchente este ano, que foram mais de 50.000 pessoas, viaturas sem fim e teve a visão de realmente pedir à IP, Autoestradas, a cedência de um espaço que foi crucial para o ordenamento do estacionamento dos visitantes, e de facto correu muito bem. ---

Quanto à constituição de uma Comissão Organizadora do Entrudo, temos obviamente de ponderar, mas quero também deixar aqui um agradecimento a todos aqueles que se envolveram, nomeadamente todos os funcionários do Município, e particularmente como aqui fez uma saudação também à Unidade de Energia que assegurou a corrente elétrica sem cortes, entre muitas outras coisas que aqui estão presentes e contribuíram para o sucesso do evento. O reforço da verba, na minha opinião é que tem que ser reforçado mas quem vier a seguir certamente vai acatar essa ideia que eu



deixo aqui bem presente, temos que reforçar a verba do Entrudo Chocalheiro. -----

Quanto à intervenção da Presidente de Junta, Raquel Costa, estou estupefacto como sempre, mas há uma coisa que eu nunca admitirei, e estas palavras são dirigidas a todos os Valepradenses. Nunca em momento algum houve uma situação de desrespeito para com eles, aliás, basta aqui lembrar quantas vezes eu estive em Vale de Prados este ano e sempre na condição de convidado. Quanto à questão de eu não ter respondido pessoalmente, ao convite como disse e muito bem, foi entregue por indisponibilidade sua pelo nosso Deputado Ilídio Alves, a quem eu tive oportunidade de dizer na Feira do Folar de Vilarinho de Agrochão, que não poderia estar presente, porque não estaria no país. E fiquei estupefacto com a sua intervenção, principalmente quando um dos elementos da Vereação do PSD me confrontou numa reunião de câmara que eu teria feito esperar duas horas os Valepradenses. Não consigo perceber isto, porque para mim é uma coisa transcendente, e pergunto-me como é que é possível, porque inclusive, eu tive oportunidade de dizer à Senhora Presidente de Junta que iria estar ausente. Ora, estava presente o Senhor Presidente da Assembleia, que como disse e muito bem, é a Entidade máxima da nossa Autarquia e merecia esse respeito, aliás, eu até evito comentar as palavras que teve para com ele, pois foi desrespeitador. -----

Relativamente à questão do investimento municipal diz que não há investimento em Vale de Prados, mas estão aqui trinta Presidente de Junta, eu faço agora uma pergunta a todos. No ano passado, quantos de vocês tiveram 118 mil e 500 euros de investimento nas vossas Freguesias? Senhora Presidente da Junta de Vale de Prados chegámos à conclusão que você foi a pessoa que teve mais investimento na sua Freguesia. -----

E ainda vem aqui fazer um desafio dizendo que irá tratar disto em sede própria. Eu acho que sim, que deve fazer isso mas pense no que os Valepradenses vão pensar disso, pois, segundo o feedback que eu tenho grande parte dos Valepradenses estão indignados com a sua intervenção porque não perceberam. -----

Relativamente à questão, como eu lhe disse, do desrespeito e da indelicadeza para com o Presidente desta Assembleia fico chocado. Já agora vou dizer-lhe outra coisa nesse dia aconteceram vários eventos para os quais fui convidado pessoalmente, e porque estava ausente não marquei a minha presença em nenhum deles. -----

Relativamente à intervenção da Presidente de Junta Carla Miranda quanto ao muro de Vale da Porca, dizer que eu já ouço falar deste muro há imenso tempo, bem como nas mudanças de verbas para uma coisa e para outra, mas obviamente que acho muito estranho acontecer isto na altura em que o Vice-Presidente, que é quem está com a

CA  
cei

responsabilidade desta obra, ter suspenso as suas funções, mas irei saber o que se passa com a obra. Quanto às obras rurais, todas essas obras estão nas mesmas condições, todas elas, e as poucas que eu conheço, como é o caso de Moraes, foi da iniciativa do Presidente da Junta, todas as outras são objeto de Empréstimo, e irão ser feitas no seu devido momento. Agora, todas as outras obras se vão ser feitas ou não, digo já que a mim ninguém me vai chamar mentiroso, porque se elas são feitas ou não, não depende de mim, depende dos empreiteiros, porque o dinheiro está lá, no orçamento. Vocês certamente vão votar contra aquele que é o vosso investimento nas vossas aldeias, até isso irão votar contra, mas vamos ver. -----

Relativamente às datas, dos compromissos que eu assumo, ainda tem que vir aqui alguém dizer-me que eu não cumprio porque eu só não consigo cumprir o que não depende de mim e terei argumentos certamente, porque toda a minha vida pautei a minha conduta de forma séria e já o disse aqui várias vezes que, mentiras comigo não, agora imprecisões podem acontecer e quando acontecem é porque certamente a informação que os meus serviços me dão às vezes enferma dessas imprecisões. Eu não sou perfeito, mas há uma coisa que eu não gosto e já aqui várias vezes disseram que eu minto, e que eu sou mentiroso, e isso não aceito. Quando tiverem factos, eu estou aqui a desmentir aquilo que acontecer, é factual, quando eu cometer algumas imprecisões, coisas que eventualmente me passem ao lado, conto com a vossa tolerância, e só têm que pedir esclarecimentos, e eu estarei cá para esclarecer.” -----

----- **Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra.** -----

**CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD)** – Usando novamente da palavra fez a seguinte intervenção: “ Senhor Presidente em relação há minha intervenção quanto à questão da segurança das crianças no momento da saída da escola, eu nem sequer quis focar aqui a questão dos autocarros, porque já é um tema antigo. De facto os autocarros já não deveriam estar a prestar aquele serviço, e isso toda a gente já percebeu, e já foram aqui explicados os motivos deles continuarem circular. Contudo, também queria deixar bem claro que o simples facto dos funcionários da escola os deixarem sair, e estamos a falar de crianças, porque norma os funcionários da escola só deixam sair as crianças quando têm contacto com os pais das crianças, no entanto, o espaço imediatamente a seguir ao portão é relativamente curto para que os pais possam ir buscar as crianças junto ao portão, e muitas das vezes o que acontece é que as crianças passam a estrada a correr, e hoje por acaso foi um bocado mais flagrante, porque estava a chover, os miúdos saíam num desnorte total e aquilo que eu acho que deveria acontecer ali era efetivamente estar alguém mais presente,

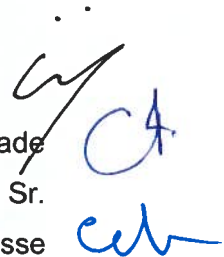


Cij  
CA.  
cel

eventualmente, haver um maior reforço da presença das autoridades que possam controlar efetivamente esta multidão de crianças que saem naquele momento, porque os funcionários, o mais que poderão fazer é impedir que eles saiam. A partir do momento em que existe o contacto com os pais, eles têm que os deixar sair, e as crianças saem desenfreadas a correr e muitas das vezes pode efetivamente dar-se aqui um problema, porque os autocarros não veem quem passa por trás e o grande problema é exatamente este, quando os miúdos passam por trás, portanto a solução passaria por as crianças poderem sair, mas não poderem atravessar a estrada sem que os autocarros tivessem efetivamente parados e preparados para receber as crianças.” -----

-----  
**SÉRGIO DAVID RAMOS BORGES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Senhor Presidente o convite em relação àquilo que disse, foi elaborado depois do cancelamento do Município, e não por aproveitamento político, porque como disse na minha intervenção anterior, abril é de todos, não tem cor política e deve ser lembrado e evocado, sempre. Nisto estamos de acordo e penso que nesse aspeto, quanto à Assembleia Jovem, eu próprio estive aqui a cumprir abril. Nos outros anos a Junta de Freguesia não fazia celebrações do 25 de abril, porque sempre nos juntamos às celebrações do Município, e aqui não se trata de aproveitamento político, foi apenas e só a celebração de abril. Naturalmente, que tendo o Município cancelado no dia 24 de abril as suas Comemorações Oficiais, obviamente, que nos restou pouco tempo para organizar e enviar os convites da Junta de Freguesia aos Macedense que, aliás, foram enviados pelo mesmo meio que o Município faz, não acusamos alfinetada da acusação do aproveitamento político, o que fizemos e muito respeitosamente foi cumprir abril com o povo e prestar homenagem pública ao Papa Francisco. Deixo claro que o significado do hastear da bandeira a meia-haste, quando a bandeira nacional é hasteada a meia-haste é um sinal de Luto ou Respeito frequentemente usado durante os períodos de Luto Nacional, ou em memória de eventos trágicos em que a bandeira é içada ao topo do mastro e depois é baixada para a posição a meia-haste e no arrear o processo reverso com a bandeira a ir primeiro ao topo antes de ser arreada. Em Portugal o Decreto-Lei n.º 150/87 estabelece que a Bandeira Nacional é colocada a meia-haste durante o período de Luto Nacional e qualquer outra bandeira que seja desfraldada com ela também hasteada da mesma forma, e relembro abril e que todos nós, cumprimos abril e continuaremos a cumprir.” -----

-----  
**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** – Que fez a seguinte intervenção: “ O Sr.



Presidente da Câmara diz-nos que a organização das Missas é da responsabilidade da Unidade Pastoral, mas o Senhor Presidente, estava lá. Dizer também que o Sr. Presidente visitou o Papa Francisco, mas o Papa Francisco à imagem de Pedro disse a Jesus Cristo "...anda comigo para pescar os homens...", o Papa Francisco também pescava homens, mas Senhor Presidente você só pesca votos e é por isso que têm esta Assembleia completamente dividida. Falou aqui da CIM e de juntar os Municípios para fazer o aeroporto em Bragança e por acaso até achei isso muito bonito, mas eu pergunto se quem tem o Município completamente dividido, como é que vai conseguir juntar-se a outros e criar união? Aconselho-o a que comece aqui pela sua casa porque tem o Município dividido, e eu até vou fazer aqui um diagnóstico de enfermagem, pois penso que sofre de surdez do ouvido direito, porque o Senhor Presidente daquele lado ouve bem, mas deste lado, tenho dúvidas da sua boa audição porque já ouvi aqui a Presidente de Carrapatas, a Presidente de Vale da Porca, a Presidente de Vale Prados, o Presidente de Macedo, o Presidente de Corujas tudo este lado, mas o Senhor Presidente não ouve. Eu como independente, sinto-me incomodado por esta sua postura. Tenho aqui também um alerta, é que há 8 anos, eu ouvia falar de si, Senhor Doutor Benjamim, e diziam que ia fazer um hospital, mas é uma imprecisão, porque não fez hospital nenhum mas há 8 anos atrás ouvi isso. Há 4 anos ouvi falar nas consultas do Município, outra imprecisão, afinal as consultas são no Lombo, o Senhor Presidente não faz consultas nenhuma, e agora já nem ouço Sr. Doutor nem Doutor Benjamim é o Benjamim que é o único que contrata em Macedo. Gostava de perguntar qual é o seu dom empresarial para outros empresários também seguirem as suas pisadas, porque há muita gente que passa dificuldades." -----

**FÁTIMA RAQUEL EUSÉBIO COSTA (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Senhor Presidente, quanto à estupefação, não há que admirar. Ontem tivemos exatamente esta conversa e ali o Sr. Engenheiro Paulo Vilares assistiu a parte dela e disse-lhe exatamente aquilo que disse hoje, portanto, não percebo porquê tanta estupefação. Quanto ao facto de ter avisado ali o meu conterrâneo Ilídio Alves, eu não queria de maneira nenhuma colocar o Sr. Ilídio nesta posição, mas aquilo que eu sei é que, não existiu nenhuma mensagem, nem do Sr. Presidente, nem da pessoa que lhe assiste e por isso, permito-me pôr em causa a assistência que lhe é prestada. Quanto ao meu conterrâneo Sr. Ilídio não me vou pronunciar, quanto ao facto de ter posto em causa a sua palavra. Quanto ao meu, suposto, desrespeito com o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, não foi esse o intuito, e em momento algum foi esse o meu objetivo. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, volto a dizer, em momento algum disse em palco ou fora de palco, que estava mandatado, como aqui já referiu também O Sr.



Presidente da Câmara. Portanto, estes preciosismos esta fuga para a frente Senhor Presidente, enfim, vale o que vale. Relativamente ao povo de Vale de Prados que está indignado, sabe porque é que está indignado Senhor Presidente? Pela falta de investimento e pela falta de obra e é isso que tem que justificar Senhor Presidente. Quanto aos 118 mil euros eu já tive oportunidade de lhe dizer ali da bancada, foram para a adução de água ao depósito da ETA do Azibo que, de facto, foi feita, que era um problema óbvio em plena paisagem protegida da Albufeira do Azibo. Assim, melhorou-se a qualidade da água e não é isso que está em causa, era uma obra prioritária e necessária, o que não invalida o resto do investimento que não feito e continuo a dizer-lhe que continua a correr esgoto a céu aberto, por falta de saneamento em plena paisagem protegida da Albufeira do Azibo. Na Arrifana Senhor Presidente, e podemos ir lá e verificar, a partir do momento em que não há saneamento, corre esgoto a céu aberto na paisagem protegida da Albufeira do Azibo Senhor Presidente. Portanto os 118 mil euros que investiu em Vale de Prados não fez favor político nenhum, nem a mim, nem ao povo do Vale de Prados que continua à espera de investimento e de mais investimento que foi orçamentado e está previsto mas que continua sem ser executado. E eu espero que a reunião de ontem com a presença ali do Sr. Engenheiro Paulo Vilarés, tenha posto cobro a esta situação. Quanto ao aproveitamento político da minha parte, há uma coisa que eu digo também Senhor Presidente, não sou Candidata a qualquer cargo eleito, não sou militante de nenhum partido, até ao momento, o que não me inibe obviamente, de dizer e manifestar o meu apoio a quem eu bem entender e dentro da liberdade, eu não vejo que tipo de aproveitamento político eu tenho aqui.” -----

ij  
ca  
cel

**CARLA ALEXANDRA DIAS MIRANDA (PSD)** – Usando da palavra fez a seguinte intervenção: “ O Senhor Presidente disse que achava estranho eu vir aqui colocar uma questão depois do Senhor Vice-Presidente ter suspenso funções, mas aproveito para lhe dizer que já faz um ano que venho aqui sistematicamente falar deste problema, portanto, não entendo, porque disse que se sente indignado por eu o questionar sobre esta situação agora. Relembro que venho abordando esta questão há imenso tempo e todos os que estão aqui presentes podem testemunhar isso, bem como todas as pessoas que nos acompanham pela Onda Livre. Há mais de um ano que ando a falar deste assunto porque aqui está em causa a segurança das pessoas e na verdade até agora nada foi feito para resolver esta situação.” -----

**ILÍDIO JOÃO ALVES (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Inscrevi-me no primeiro período e prescindí da palavra, mas agora tenho que vir aqui, por várias vezes e uma delas é porque foi citado aqui o meu nome e tenho de dizer que realmente a Presidente da Junta de Vale de Prados, Raquel Costa, entregou-me os convites e eu entreguei e tive oportunidade, de telefonar a algumas pessoas a dizer que o convite estava na minha mão. Levei o do Senhor Presidente, e o Senhor Presidente, disse aqui que me disse em Vilarinho de Agrochão que não poderia estar presente. Não me recorda que me tenha dito isso mas, pode ser falha minha, porque estivemos pouco tempo juntos em Vilarinho de Agrochão, quando foi da inauguração e da passagem pela minha barraquinha que sinceramente, não me recordo, peço desculpa, pelos vistos, parece que a culpa é minha.” -----

**MIGUEL AFONSO GOMES REIS (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “ O Senhor Presidente da Câmara, há pouco veio aqui e falou da CIM e do valor de 48 milhões de euros para fazer o aeroporto em Bragança ou para o remodelar, eu senti-me um pouco indignado e reví-me nas palavras do Sr. Deputado Olaio. Eu também acho que devíamos começar por remodelar a casa, porque parece-me a mim que estão a viver um pouco de fachada. Eu não sou muito bom a matemática, mas se são 12 Municípios, daria mais ou menos 12 milhões de euros que coincide mais ou menos com o empréstimo que vamos contratar, por isso deixo aqui a sugestão que primeiro devíamos arranjar a nossa casa e as nossas aldeias, e eu revejo-me com um pouco de indignação, tal como acontece com os Presidentes de Junta de Ala, Corujas, Amendoeira e Pinhovelo que estão completamente destruídas desde 2021. Já que o Senhor Presidente tem capacidade de endividamento no valor de 2 milhões de euros, mais ou menos, porque não fez obra em 2021, em 2022 ou em 2023? O Sr. Presidente acusou aqui hoje o Presidente de Junta Sérgio Borges de estar a fazer um bocadinho de aproveitamento político, mas eu acho que fazer as obras este ano é que é um bocadinho de aproveitamento político da parte do Sr. Presidente.” -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu novamente a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para responder às intervenções dos Srs. Deputados Municipais. -----

Começou por dizer “ Eu vou fazer uma apresentação naquela tela de tudo aquilo que e que foi investimento e a situação financeira ao longo destes anos todos, e vocês vão perceber o porquê dos timings. Não há aproveitamento político nenhum, e a prova disso é que eu não tenho que andar com grandes parangonas a fazer e campanha com habilidade no território, isso eu não faço, até porque vocês viram várias pessoas a



correr para Vale Prados, mas eu não pude estar, e não fui, agora não vou abdicar, como aqui já disse de pelo menos em 4 ou 5 fins-de-semana, para poder estar com a minha família. Vocês sabem qual é a minha postura em termos do mundo rural, mas se quiserem eu relembro, porque já alguém aqui uma vez acusou que eu não conhecia o mundo rural, o que não corresponde à verdade porque eu conheço muito bem o mundo rural e todas as aldeias sem exceção, e não há aqui aproveitamento político, porque eu não preciso fazer aproveitamentos políticos, e toda a gente sabe. Até porque quando eu fui eleito a primeira vez, nem sequer estava no território e toda a gente sabe como fui eleito a segunda vez, a próxima e terceira vez, não sabemos como vai ser, mas, como disse aqui a Deputada Daniela que seja de forma limpa, com honestidade política, é isso que eu vos peço mais nada, porque do resto as provas estão dadas. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Cláudio Trovisco obrigado pela sua intervenção e digo-lhe que estamos 100% de acordo. Aproveito para agradecer os alertas que são importantes, portanto, nem sequer preciso de responder, estamos 100% de acordo e vamos também diligenciar nesse sentido. -----

Quanto à intervenção do Presidente Sérgio Borges tenho muita consideração por vocês todos, mas continuo a perguntar: a iniciativa da Junta relativamente às comemorações do 25 de abril quando pensarem nela? Se me ouviu bem eu não condenei a forma como fizeram a cerimónia, agora obviamente que vocês percebem que estando nós concertados e havendo Cerimónias às 10:00h da manhã, fico à espera para saber se para o próximo ano vamos ter a coincidência dessas cerimónias, ou seja, cada um faz a cerimónia de seu lado. Eu acho que devíamos ter coordenado, porque ficava bem termos coordenado, mas não houve essa intenção. Quanto ao hastear da bandeira, eu não vou questionar o hastear da bandeira como vocês sabem, a bandeira tem que estar hasteada depois da meia-noite, a meia-haste, agora, e fazendo a Cerimónia como a Junta de Macedo fez, quebrámos o protocolo do luto.” ----

Quanto à intervenção do Deputado Olaio dizer-lhe que eu tenho uma grande dificuldade em perceber os seus discursos, realmente é muito difícil para mim, mas aproveito para lhe dizer eu não aspiro jamais a ser um “pescador de homens”, quando muito estou aqui disponível para servir os homens e mulheres do meu concelho, que foi isso que eu sempre fiz com obrigação, como já disse. Pode efetivamente em determinados temas haver imprecisões ou incorreções, mas acreditem que se vierem pedir esclarecimentos sobre alguma questão que não concordem imediatamente, essas situações serão corrigidas. Quanto à Autarquia estar dividida também é outro discurso com o qual eu não concordo, porque eu não percebo onde é que têm

Cinj  
cl  
cel

Autarquia dividida, mas se o Sr. Deputado diz, eu já acredito em tudo e talvez tenha alguma polícia secreta dentro do Município, que sabe coisas que eu não sei. -----

Quanto à surdez, esclareço que eu não sou surdo do ouvido direito por acaso sou surdo do ouvido esquerdo, que é onde fica a minha bancada e ouço-vos muito bem a vós da bancada direita, portanto como vê é mais difícil eu ouvir a minha bancada. -----

Quanto ao que disse aqui, que eu prometi fazer um hospital, não é verdade porque, o que eu disse foi que eu entendia que devia haver um hospital, mas a ideia do hospital, neste caso de Traumatologia para que pudesse servir todo o Distrito porque ficaria localizado a meio caminho entre Bragança e Macedo, mas essa ideia, era do pai do Doutor Nuno Morais, que eu defendia e concordava, porque ficava, como já referi, a meio do território. Eu fiz essa proposta, inclusive na altura ao Ministério da Saúde, com um dossier que eu muito bem defendi, mas como vocês sabem são investimentos de milhões, aliás, estamos aqui a discutir o investimento num aeroporto de 48 milhões e não é nada para um Governo, era para servir o Distrito, e era essencial para alavancar a economia. Deixo esta mensagem para todos quanto ao meu dom empresarial, dizer que é um dom limitado, porque eu tento distribuir justamente o dinheiro pelas nossas Freguesias. -----

Quanto à intervenção da Presidente de Junta Raquel Costa dizer que eu não vou questionar se foi correto ou incorreto a forma como foi abordado tudo isto mas, há uma coisa que eu tenho a certeza, é que se houve incorreção da nossa parte, também não houve o acautelamento da sua parte, nem sequer de perceber se eu iria ou não iria era o mínimo que eu lhe pedia. Se de facto, não estava a comparecer havia razões para isso, mas acho que isto já não é uma questão, e é melhor, quanto a mim, ficamos por aqui. Quanto à questão da minha assessoria, acredite não podia ter melhor assessoria até hoje, e a prova disso é quando vocês virem o trabalho que vou apresentar todo elaborado por ela, vocês vão ver a competência onde é que está, mas já não falo disso, falo do dia-dia daquilo que se passa e você sabe disso, porque sabe perfeitamente que a pessoa em causa se propôs e disponibilizou-se, sempre foi cordial consigo para ajudar a certificar o calço, e ela disse-lhe que estava disponível para ajudar sobre esta questão termino dizendo que acho que a ingratidão fica mal a qualquer pessoa. Quanto ao investimento falou e muito bem, e quero-lhe dizer mais uma vez, que já não falo no investimento que foi feito no saneamento e na água, mas sabe quanto é que está previsto no saneamento deste ano, que só poderá ser feito quando for aprovado o empréstimo que Vossas Excelências, que certamente vão chumbar? Posso lembrar que Vale de Prados tem ali, pelo menos cerca de 80.000 euros, se multiplicar esse valor por 30 freguesias, o valor é maior do que o do empréstimo que vamos pedir. Portanto, sejamos justos, vocês são iguais a todas as



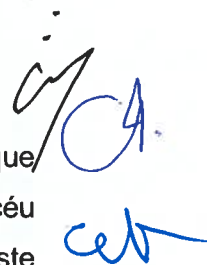
CA  
eet

Freguesias, não queiram: os uns, mais que os outros, porque eu sou justo na atribuição de verbas. Houve situações que eram emergentes e de catástrofe, como aconteceu em Cortiços e em Carrapatas no ano passado e foi preciso dinheiro para estas duas Freguesias, e isto foi feito por justiça por isso por favor, nunca digam que há favorecimentos políticos, pelo menos da minha parte, porque isso não é verdade. -----  
Relativamente à questão da Arrifana obviamente que vou ter que conversar com os nossos serviços, para tentar inteirar-me do assunto, porque uma das coisas que eu tenho mais orgulho é que nós somos um dos concelhos mais periféricos do país, mas temos um saneamento superior a muitas Zonas do Porto. Nós temos uma cobertura de saneamento que andaré perto dos 98, 99%, mas se quiser, eu peço ali a minha Chefe de Divisão que venha aqui esclarecer as questões técnicas. Relativamente ao apoio dos eventos dizer que Vale de Prados não deixa de ser apoiado como todas as outras Freguesias. -----

Quanto à intervenção da Presidente Carla Miranda, só dizer que a questão dos timings e o esclarecimento dos timings, eu não lhe posso esclarecer, como lhe disse, eu assumi essas competências há cerca de uma semana, e não sei a que se comprometeu o Senhor Vice-Presidente com a Senhora Presidente de Junta, mas eu terei o cuidado de saber isso, e eu próprio lhe comunicarei. -----  
Relativamente à intervenção do Deputado Ilídio Alves, só posso aqui dizer uma coisa: sei aquilo que disse, sei onde o disse em frente à sua barraquinha da ginjinha, não se lembra, pode não se lembrar mas sei aquilo que lhe disse e tenho testemunhas que estavam lá, que ouviram e podem confirmar.” -----

-----  
**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** solicitou que fosse concedida a palavra à Chefe de Divisão, Cristina Ferreira, para que pudesse prestar uns esclarecimentos à Sra. Presidente da Junta de Vale de Prados -----  
-----

**A Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento, Cristina Ferreira** prestou o seguinte esclarecimento:” Relativamente ao Saneamento há uma Diretiva Comunitária que a Câmara cumpriu na íntegra ao longo destes anos, e todas as Redes de Saneamento foram feitas, onde as populações eram superiores a 50 habitantes, e restaram todas as outras, porque não estava nessa Diretiva Comunitária, e não havia investimentos para o efeito nem financiamentos que cobrissem esses custos, no entanto, a Câmara ao longo destes anos já realizou Redes de Saneamento em várias aldeias com aglomerados inferiores a 50 habitantes. Agora referindo-me concretamente ao caso da Arrifana informo que o saneamento está projetado, está candidatado e orçamentado. --



Quanto à outra parte de esgotos a céu aberto, cara Presidente da Junta, tenho que dizer que os serviços que eu dirijo não tem qualquer conhecimento de esgotos a céu aberto, até porque relativamente ao saneamento, nas localidades onde não existe rede de saneamento, as pessoas são obrigadas a ter uma fossa séptica.” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** fez ainda o seguinte esclarecimento: “ Relativamente à Arrifana vocês sabem que há uma programação Norte, 20/30 aos CIPS e no investimento, FEDER e Fundo Social Europeu na OP2, há um aviso que é o Norte 20/30 FEDER, Construção e Requalificação de Infraestruturas de Águas Residuais no Concelho de Macedo de Cavaleiros, e isto envolve a Arrifana, com uma verba de 680 mil euros de investimento, sendo desse fundo o valor de 579 mil euros e respetiva Candidatura já está submetida.” -----

**A Deputada Municipal e Presidente de Junta de Freguesia de Vale de Prados, Raquel Costa,** solicitou à Mesa da Assembleia que lhe seja concedida a palavra para defesa da honra. -----

**FÁTIMA RAQUEL EUSÉBIO COSTA (PSD)** - “ Senhor Presidente da Câmara deixe-me dizer-lhe que “Candidatada” não é executada. Essa desculpa da orçamentação das candidaturas nesta fase do mandato já não serve de desculpa. Relativamente aos habitantes da Arrifana e agora falo para a Sr.ª Engenheira Cristina. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu a Sr.ª Deputada dizendo que a sua intervenção nada tinha a ver com a defesa da honra e portanto não iria permitir que continuasse a sua intervenção retirando-lhe a palavra. -----

**1 – PEDIDO DE RENÚNCIA AO MANDATO DO DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ CARLOS VASCO JECAS: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do seguinte requerimento: “ José Carlos Vasco Jecas, portador do cartão de cidadão n.º 11116699, tendo estado em suspensão de mandato desde abril de 2024, vem por este meio renunciar ao mandato de Presidente da Junta de Freguesia de Arcas, com efeitos imediatos.” -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----



*ij*  
*ok.*  
*celv*

**2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA I), N.º 2 DO ART.º 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL ---**

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 22 de abril de 2025, que se transcreve. -----

**“PRESTAÇÃO DE CONTAS 2025 – DELIBERAÇÃO. -----**

Presente o documento de Prestação de Contas referente ao exercício do ano de 2024, o qual foi elaborado de acordo com as regras do SNC-AP e da Resolução do Tribunal de Contas n.º 3/2012 - 2.ª Secção e n.º 4/2001 - 2.ª Secção, as quais regulam a organização e documentação das contas das Autarquias Locais perante aquela Entidade. -----

-----O documento de Prestação de Contas dá-se como transcrito, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, nos termos apresentados, a Prestação de Contas, relativa ao exercício do ano de 2024 e, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, alínea I) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, remetê-la à apreciação da Assembleia Municipal.-----

----- Tendo-se verificado empate, o Presidente da Câmara usou da prerrogativa legal e regulamentar prevista no art.º 16, n.º4 do Regimento da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros - voto de qualidade. -----

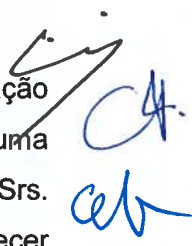
----- Votação: três (3) votos a favor (Benjamim Rodrigues, Sónia Salomé e Susana Viana), três (3) votos contra (Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso)-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que antes de se iniciar a apreciação do Documento de Prestação de Contas fez a sua apresentação passando vários diapositivos ilustrativos do Documento que ficam arquivados na pasta referente a esta reunião da qual passam a fazer parte integrante. -----

Após terminar a apresentação o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao **Sr. Presidente da Assembleia** que fosse concedida a palavra ao **Dr. Luís Esteves (ROC)** para poder fazer um esclarecimento referente a um assunto da Reunião de Câmara -----

**Dr. Luís Esteves (ROC)** – Fez a seguinte intervenção “a minuta da nossa Certificação Legal de Contas sobre o Exercício 2024, entre o dia 22 e o dia 23 de abril, teve uma alteração e o documento que entretanto chegou aos Srs. Deputados e Srs. Vereadores é um documento substancialmente diferente em termos de parecer daquele, que então tinha sido emitido antes disso. -----

Eu tive curiosidade, de ir ver e ouvir um pouco a reunião de câmara do passado dia 22 de abril, e permitam-me aqui um pequeno esclarecimento, que eu acho que já fiz este esclarecimento várias vezes, mas que nos faz todo o sentido repetir as vezes que for necessário, e que tinha a ver exatamente sobre as situações que originavam as “reservas” relacionadas com a falta de informação dos componentes, mais concretamente da Associação de Municípios da Terra Quente e da Resíduos do Nordeste. O que se verifica é que as empresas ou entidades participadas, fecham antes da “entidade mãe”, e contra factos não há argumentos, portanto, a “entidade mãe” manda e as “filhas”, que são as participadas só têm que obedecer e portanto, não há desculpas de dizer que porque fechamos os documentos mais tarde e não enviamos a informação mais cedo, pois não devem ser programados fechados das entidades participadas em consonância com a entidade ou as entidades “mãe”, tal qual, como acontece na generalidade das entidades, onde nós estamos, ou seja, o que se verifica também é que este condicionalismo de entidade participada não fechar atempadamente as contas, cria aqui uma circunstância de que os próprios serviços do Município não podem utilizar atempadamente os dados dessas entidades participadas. Acho que isso é facilmente perceptível no entanto, os Srs. Deputados mantêm aqui essa dúvida. Da nossa parte toca-nos, esclarecer o seguinte: se numa parte da entidade participada, elas têm que fechar antes da “mãe”, o auditor das participadas tem que responder ao auditor da “mãe” e isto não é por teimosia. Não podemos negar que não se trata de nenhuma insuficiência, ninguém encomendou esse trabalho efetivamente, o que aliás é público para o Executivo de Macedo de Cavaleiros, antes pelo contrário, o Executivo de Macedo foi sendo informado, desta insuficiência e desta falta de resposta. Eu próprio fui alertado, em finais de novembro de 2024, portanto, já lá vai algum tempo, e o Executivo de Macedo de Cavaleiros fez as diligências necessárias, para obter a informação mas não se conseguiu. Entretanto, no dia 23 de abril, foi-nos reencaminhado a Certificação Legal de Contas da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e também tivemos acesso às demonstrações financeiras desta Entidade participada, razão pela qual as dúvidas levantadas pelo auditor, acabaram por ser removidas, ou seja, se nós tínhamos dúvidas, que aquela Certificação Legal de Contas, onde diz que não tem reservas sobre as contas da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, que é





mais relevante, portanto, se não tem dúvidas e se está emitida sem reservas, isto levou-nos também a retirar as reservas que tínhamos emitidas para o Município de Macedo de Cavaleiros, porque depois o resto das situações deixaram de ser materiais que no cômputo global da apreciação das contas, ou seja, que entre a versão inicial que chegou às nossas mãos e esta que temos, inicialmente há uma opinião com reservas e depois deixa de existir esta opinião com reservas. Por esta razão pela qual depois sempre que uma reserva existe no exercício e ela é removida no exercício seguinte, tem que ser dadas as devidas explicações, tal qual como consta e podem observar pelo que está escrito depois à frente na página 2 sob o título outras matérias. Como nós explicamos, aquilo que aconteceu, ou seja, existia outra situação relacionada com o processo da E-Redes, e finalmente a comissão contabilística vem esclarecer que vão sem efeito, se calhar tem dúvidas se aplica, ou não se aplica e, portanto, nessa não faz sentido manter essa reserva e, como tal também foi removida e, esta explica, essa clarificação que foi feita em fevereiro de 2025. Em resumo, a Certificação Legal de Contas, (esta última versão que está assinada), penso que já foi essa que foi distribuída que é aquela que clarifica e suporta as demonstrações financeiras que os Srs. Deputados vão apreciar e votar onde nós emitimos uma Certificação Legal de Contas sem reservas, com uma ênfase a dizer coisas relevantes que aconteceram e, outras matérias a explicar também o desfazer daquilo que tinha acontecido no exercício anterior." -----

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**Usaram novamente da palavra.** -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Que colocou a seguinte questão: “ Das Entidades que tutelam estes Organismos no caso, por exemplo da Resíduos do Nordeste que é tutelada pela CIM de Alto Trás-os-Montes e da parte da Associação de Municípios da Terra Quente, a quem os Municípios que participam nessa mesma Associação, não há uma forma ou uma equipa que possa obrigar a cumprir determinados calendários? Acho que é absolutamente razoável e acho que deve haver pressão da parte dos Municípios e neste caso, também da CIM. Acho que é razoável que até ao final do primeiro trimestre, ou seja, 31 de março que as contas das participadas sejam apresentadas.” -----

**DR. LUÍS ESTEVES (ROC)** – Que respondeu que os responsáveis são os Órgãos de Gestão de cada uma das Entidades que sabendo que as suas contas podem influenciar as Entidades, cada uma delas é que deveria ter a preocupação, sabendo já os órgãos de gestão e fiscalização que as suas contas influenciam as contas de

terceiros, deviam antecipadamente proceder ao encerramento. -----

-----  
**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Interveio dizendo que não entendeu se as duas participadas entregaram as Contas (Associação Nacional de Municípios Portugueses e Resíduos do Nordeste). -----

-----  
**DR. LUÍS ESTEVES (ROC)** – Que respondeu:” No caso da Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana, através da consulta das que estão disponíveis no site, pese o facto que deveriam ter sido entregues quer a nós quer aos serviços do Município de Macedo de Cavaleiros, foi-nos reencaminhada a Certificação Legal de Contas. Quanto à Resíduos do Nordeste que nós aqui dizemos, tendo em conta a participação detida e o método de valorização utilizado, apesar de não terem ainda sido obtidos elementos finais do exercício de 2024, não prevemos que eventuais contingências ou questões possam existir, e tenham efeito materialmente relevante nas contas do Município, ou seja, não, estamos às “escuras”, no entanto, tendo em conta que o investimento são cerca de 5 mil euros e olhando para o histórico passado, arriscamos a dizer que ainda que possa eventualmente existir algo, não será de tal forma relevante que possa colocar em causa a credibilidade das contas do Município de Macedo de Cavaleiros, ou seja, elas dão uma imagem verdadeira e apropriada, tal qual estão apresentadas e mesmo que haja eventuais oscilações, como não vão mexer na participação do Município que se mantém inalterada, nós usamos o método custo, não precisamos de fazer nenhuma estimativa. A outra questão seria utilizar o método patrimonial, mas foi opção do Município não entra dinheiro a mais por causa disso, a única coisa que é que altera é a visão das Contas.” -----

-----  
**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**CARLOS MANUEL LOURENÇO RODRIGUES (PSD)** – Que usando da palavra fez a seguinte intervenção:” Sr. Presidente, não relativamente a esta parte apresentada pelo Senhor Luís Esteves, mas previamente àquilo que foi a apresentação da prestação de contas por parte do Sr. Presidente da Câmara, penso que ainda estaremos nesse tema, dizer-lhe que tinha que vir aqui, porque não me sentiria bem se não o fizesse para lhe fazer uma crítica que penso e que peço que aceite, pois eu não consigo conceber como é que para a defesa da honra de uma Deputada que insistentemente aqui foi visada, sem se poder defender. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal estabelece o direito para defesa da honra 2 minutos, quando depois acabou por dar só 1 minuto e 22 segundos, é caso para dizer que com esta sua postura foi muito rigoroso sim. Mas dizer-lhe que não é ao Senhor



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Presidente da Assembleia que compete saber o que é a honra de cada um, mas o Senhor é tão exigente nisso, que utiliza o poder do cargo que tem para umas coisas, e não utiliza esse poder para as outras, porque a Prestação de Contas que o Sr. Presidente da Câmara apresentou do início ao fim, tirando ali uma pequena parte, no meio, foi pura campanha política numa prestação de contas referente ao ano de 2024, e cito (...vamos falar de dados de 2017 e 2018...). Mas nós na realidade estamos a falar da Prestação de Contas de 2024 ou estamos a falar de um balanço dos mandatos, porque vamos ter eleições lá para setembro? Nós não temos que estar aqui a levar com isso, nós estamos aqui para aprovar a Prestação de Contas de 2024, e a mim, particularmente, não me interessa que o Sr. Presidente da Câmara venha aqui dizer que fez isto e que fez aquilo e que em 2025 até vai aumentar. Como digo não tem nada a ver com o assunto que está em apreciação, e vai-me perdoar, mas é tão rigoroso numas coisas e tão pouco noutras, que se admite terminar uma Prestação de Contas de 2024, um documento financeiro com a apresentação de um cartaz da Feira de São Pedro. E eu pergunto: mas estamos onde? Senhor Presidente, só lhe peço que use a mesma regra para todos, seja exigente para todos, agora desvalorizar defesas da honra de uma pessoa que legitimamente se sente ofendida e depois permitir, este triste espetáculo de fazer a apresentação de Cartazes de Feira de São Pedro num documento de prestação de contas é de lamentar. Na minha opinião se queria fazê-lo fazia um ponto a parte para a apresentação do Cartaz da Feira de São Pedro, porque da forma que o fez, dá ideia que o Sr. Presidente da Câmara diz que que o Sr. Presidente da Assembleia é o Órgão máximo do concelho, mas não é o que parece, porque já todos vimos que o Sr. Presidente da Câmara só faz aqui, o que quer, e sobra-lhe tempo.” -----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Que fez a seguinte intervenção: “ O que me traz aqui é um bocadinho uma situação, em que eu me sinto muito confusa. Tal como já referiu o Deputado Carlos Rodrigues, eu tenho aqui na informação e na agenda a Prestação de Contas de Exercício para 2024 e depois vejo a apresentação, do Sr. Presidente da Câmara e questiono de que ano são as Contas que vamos votar hoje? É que eu fico confusa, e nós também temos que ser sérios, tal como este Órgão tem de o ser.” -----

**CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Depois deste espetáculo que aqui vimos nesta casa, onde se quer tudo, menos Circo, e que se toma esta casa por séria, ou que pelo menos devia ser tomada por séria, Sr.

Presidente eu venho só tentar aqui esclarecer algumas coisas. -----  
Em jeito de resumo, dizer que as despesas correntes aumentam o que quer dizer que tem mais custos fixos com pessoal, o que quer dizer também, que teve um aumento do número de trabalhadores, porque teve, e já vimos que teve nas Assembleias anteriores. Segundo, em relação aos aumentos de salários, não é o Sr. Presidente que decide, é a Lei. As Despesas de Capital diminuíram o que quer dizer que há menos investimento no concelho, o que tem vindo a acontecer desde há muitos anos atrás. Terceiro, dizer que o património líquido aumenta o que quer dizer que em parte, este património líquido aumenta devido às obras que vocês começaram e terminaram, mas que foram herdadas dos Executivos do PSD. Se bem se recordam a grande parte das obras que vocês terminaram e que inauguraram recentemente foram herdadas do Executivo do PSD. Quarto, em relação àquilo que o Sr. Presidente aqui fez, naquilo que devia ser uma apresentação de Contas, eu trago aqui um documento que já anda comigo na pasta há já algum tempo. O Sr. Presidente, foi buscar aquilo que fez desde 2017, e eu tenho aqui num documento que diz respeito às obras dos Executivos anteriores, a este fizeram, porque já que estamos numa de olhar para o passado, vamos olhar para o passado. -----

Então antes de 2017 temos: - estrada de Gralhós/Talhas/Gralhós/Izeda, - saneamento em diversas aldeias, grande parte delas, rede de água para abastecimento na Zona Norte, - Largo da Igreja de Talhas, - Largo de Lamas, -. Largo das Arcas, - Requalificação e Pavimentação do Largo da Lamalonga e Podence,- Requalificação do Largo Central em Carrapatas, - Requalificação da estrada de acesso a Latães e do Largo do Tanque, - Pavimentação de vias em Grijó, - Pavimentação de vias em Sezulfe, - Construção de passeios em Vilarinho de Agrochão, - Construção de Polidesportivos em Vale de Prados, Peredo, Lombo e Bagueixe, - a Construção da Praça em Murçós, - Beneficiação do Cemitério de Castelãos, - Pavimentação da Rua de Santa Catarina em Peredo, - Pavimentação do Bairro da Rua de cima e Nossa Senhora da Oliveira em Morais, - Arranjos Urbanísticos em Talhas, - Muro e Escadaria da Igreja de Pinhovel, -. Pavimentação de diversas ruas com paralelo e alcatrão, - Estrada de Cabanas, - Estrada de Arcas/Vilarinho, - Edificação da Junta de Freguesia de Vilarinho de Agrochão, - Reabilitação da EM553 para Meles, - Reabilitação da EM316, Murçós- Espadanedo- Bouzende- Edroso, - Reabilitação da EN216 Mogrão-Ferreira e - Malta- Olmos, - Ligação à Burga da EN102 Alto do Mouco, - Carnaval de Macedo, que eram 4 dias, - Cidade Natal que em Macedo deixou de existir, - Macedo em Movimento, - O Encontro de Gerações, - Festival de Música Internacional, - Festa do Emigrante, - Feira da Caça e Turismo que foi começada pelo PSD, - Feira do Mel, que entretanto acabou, - Campeonato Nacional Europeu de Vólei de Praia, que

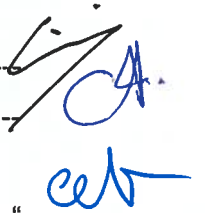


também acabou, - Campeonato Nacional de Parapente, - Arruamentos de Podence, - Praia da Ribeira do Azibo, - GEOPARK, a criação do mesmo, - Pólo Comunitário de Edroso, - Intervenção na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, - Reabilitação da EN15, - Beneficiação do troço urbano da EN102, - Rua Viriato Martins, - Requalificação do Bairro da Bela Vista, Ampliação do Cemitério de Santa Bárbara, - Implementação do Programa de Conforto Habitacional para pessoas idosas, - Implementação da taxa mínima de IMI, - Redução de 20% na taxa de participação variável do IRS sobre as famílias, - Isenção das Taxas Urbanísticas e várias intervenções na Zona Industrial. Por muito que digam que não fizeram, fizeram. A Revitalização do Prado de Cavaleiros, - os primeiros passos da nova Central de Camionagem, - a Construção do Centro Escolar, - a Cedência da Escola EB1 de Talhas à Junta de Freguesia, - a Cedência da Escola EB1 de Vale de Prados aos escuteiros, - a Cedência da Escola EB1 de Peredo, para a criação da sede de Freguesia e sala de convívio, a distribuição da fruta nas escolas do primeiro ciclo, - a criação do Fundo de Apoio à Criação de Empresas, - a distribuição gratuita de manuais escolares, - a criação do Museu Municipal Martim Gonçalves na antiga Escola do Tournal e do Museu Municipal de Arqueologia na antiga Escola do Trinta, - a construção do Heliporto, - a construção do Quartel dos Bombeiros, - a beneficiação da estrada Norte de Macedo, - a requalificação da zona envolvente ao Estádio Municipal, - a construção do parque descoberto da Zona Verde. E podia continuar, mas vou terminar desta forma, senhor Presidente eu quero dar-lhe os parabéns pelo magnífico cartaz da Feira de São Pedro, o Senhor Presidente conseguiu fazer num ano, aquilo que nunca conseguiu fazer em 8 anos de governação. É caso para dizer que as eleições estão sempre em 1º lugar." ----

Cij  
ca  
cb

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ Em relação à Prestação de Contas 2024, claro que é um reflexo se quisemos ser sérios dos últimos 8 anos, e a verdade é só esta. O passivo reduziu e vocês sabem, o património aumentou, a parte do capital toda a gente sabe, foi uma fase de transição e é normal que a receita de capital não seja tão elevada para haver investimento, mas toda a gente sabe isso e eu pensei que esta história do antigamente já tivesse acabado, mas pelos vistos não continua. Mas senhor Deputado, falta dizer uma coisa também, disse que deixaram essas obras nomeadamente a estrada de Vilarinho, mas essa foi autoria do Sr. Presidente Luís Vaz. Elencou o Sr. Deputado aquilo tudo mas nós também podemos reportar aqui os últimos 8 anos, mas esqueceu-se de dizer, que também deixaram dívida às Águas de Portugal e que essa dívida ainda hoje nos está a atormentar e até

faziam orçamentos que nem havia receita nem punham na despesa.” -----



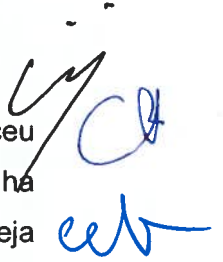
**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “  
Relativamente ao que aqui apresentou o Sr. Presidente dizer que houve factos esclarecedores, mas eu acrescento, como diria um certo humorista, “...não havia necessidade...”, e depois aquele momento final de apresentar aqui o cartaz da Feira de São Pedro não me lembrava a mim, mas lembrou a si. -----  
Mas vamos aos factos. Relativamente ao que o Sr. Presidente apresentou obviamente, que fomos percebendo várias coisas, entre as quais, um aumento da despesa corrente. Mas vou-me centrar ao Mandato e já agora situar um bocadinho ao ano de 2021 porque fomos assistindo de lá para cá a um ciclo de crescimento da despesa corrente em função de diversos fatores, um deles tem que ver, obviamente, com a assunção de responsabilidades e com a atualização de tabelas salariais, mas na verdade começa a ficar um bocado preocupante, porque por este andar mais 1 mandato a manter-se esta taxa de crescimento em 100% na despesa corrente, (quero acreditar que não vai acontecer). Estamos no fecho do Portugal 2020, portanto, neste momento em que entre fechar um quadro e abrir outro, fomos assistindo aqui a uma descida das despesas de capital consecutiva, ano após ano, e aí fui discordando de si, e fui dizendo isto em diversos momentos e disse ao Sr. Presidente que a dívida é um instrumento de gestão financeira, mas use-a com parcimónia e quando for necessário. Eu discordo de si e fui dizendo aqui ao longo destes 4 anos, e o Senhor Presidente teve aqui uma posição que foi esta “eu faço a gestão das contas do município como as da minha própria casa,” muito bem, uma visão redutora Sr. Presidente, porque, como digo, a dívida é um instrumento de gestão financeira e, portanto, as empresas e os Municípios não se gerem, como a nossa casa é diferente, alguns princípios mantêm-se, mas, obviamente, temos de gerir conforme o interesse do município, os interesse dos munícipes e avaliar-se, de facto, os investimentos que devem esperar e aqueles que devem, de facto, avançar imediatamente. Fui ouvindo ao longo destes 4 anos, por parte dos Presidentes de Junta da minha bancada, sempre a queixarem-se praticamente de obras que estavam orçamentadas, mas que passava o mandato e não era executadas. Eu sempre fui ouvindo isto aos meus, não sei do lado do PS as queixas dos Presidentes de Junta são equivalentes, mas deste lado foi o que fui ouvindo, e agora, de repente, o que é que vamos ter ali, que é brilhante de 10 milhões de euros desceu para 6 milhões, e agora com um empréstimo de 2 milhões de euros passa para 8 milhões o que faz aqui um salto fantástico. São jogadas, Sr. Presidente com as quais eu discordo, mas pronto. Mas vamos lá ver uma coisa, o património



*Handwritten notes in blue ink:*  
C  
A  
ab

líquido tem que ver com uma obra depois de executada e aceite, digamos, que o valor do investimento entra para o património líquido, entra para o lado do ativo e para o património e portanto, vai entrar em dois componentes do balanço. O que seria esquisito é que no Município em que o património líquido não aumentasse seria muito estranho, era um município em que tinham morrido as pessoas todas ou não está a fazer absolutamente nada, ainda bem que património líquido cresça, que agora isso é absolutamente normal, que é como este aqui, cresce em qualquer sítio, mas efetivamente, no final de 2021 já foi dito aqui por alguém da minha bancada que efetivamente já tínhamos uma capacidade de endividamento de 2 milhões 138 mil euros e parte deste bolo que agora é, digamos que vai ser contratado financiamento e que eu discordo, porque não há empreiteiros disponíveis e as obras vão ser inflacionadas, porque, obviamente, quando há escassez de oferta e há excesso de procura, o que é que acontece, já sabemos, as obras vão ser inflacionadas, e não havia necessidade disto Sr. Presidente. As obras podiam ter sido diluídas ao longo do mandato, estas pequenas obras nas freguesias, nomeadamente neste caso com fundos próprios é disso que estamos a tratar e, portanto, podiam ter sido diluídas ao longo do mandato e agora, de repente, tem aqui um brilharete de 10 milhões de euros que desce para 6 milhões de euros, e agora vai subir para 8 milhões de euros outra vez. -----

Outra coisa que eu aqui queria chamar, à atenção é para os números que apresentaram e se estes estão corretos, e dizer aqui mais duas coisas, a primeira está ali a Sra. Eng.<sup>a</sup> Cristina e eu estive sempre ao seu lado, e o PSD também, e dissemos sempre “vamos fazer os sacrifícios necessários para corrigir um problema grave que tem que ver com o abastecimento da água”, e foi feito um investimento muito substancial, mas agora eu fico admirado quando eu olho aqui para as contas, e diga-se, que o investimento feito está a refletir-se nestas contas e o que eu vejo aqui é para o custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas, que era de 1 milhão e 124 mil euros, o ano passado e passou para 1 milhão e 240 mil euros, que subiu 116.000 mil euros, ou seja 10,3%. As vendas de água, 521 mil euros, passou para 564 mil euros, um aumento de 8,3%, ou seja, em termos absolutos, uma subida de 116 mil e 400 euros. Em termos de compra de água e nas vendas só subiu 40 mil euros, e eu tenho alguma dificuldade em perceber aqui o efeito de todo o investimento, ou seja, está a demorar a aparecer o resultado de todo este investimento. Há aqui qualquer coisa que não joga bem, e que me preocupa efetivamente. Agora, Senhor Presidente, eu quero dizer uma coisa obviamente, com a questão que aconteceu ao longo deste mandato e como estamos em final de mandato e este é o último documento aqui



apresentado de Prestação de Contas. No Orçamento sistematicamente aconteceu aqui um facto que eu vou dizer que seria grave que é o seguinte, normalmente há sempre uma divergência, portanto, o documento que vai ser submetido à Câmara, seja o Orçamento, seja a Prestação de Contas, têm vindo sempre correções entre o documento que vai à Câmara e o documento que vem depois à Assembleia, e isso não pode acontecer, porque legalmente não pode acontecer. Na verdade e mais uma vez, voltou a acontecer e portanto, isso não pode acontecer, porque efetivamente, isso obrigaria o documento a voltar à Câmara para voltar a ser aprovado, ou não, e o documento, vir à Assembleia, porque aqui e agora e mais uma vez, voltou a acontecer, e apetecia-me dizer ao Senhor Presidente que este ponto deve ser retirado da ordem de trabalhos, porque há aqui uma alteração entre o documento que foi apresentado na Câmara e o documento que foi apresentado aqui a esta Assembleia. Portanto, na verdade se fôssemos a interpretar o espírito da Lei, era assim que tinha que se proceder, mas isso aconteceu relativamente aos Orçamentos anteriores que houve sempre correções, mas fica aqui este registo, porque eu sei que o Senhor Presidente não vai fazer a retirada do ponto mas deixo aqui o meu protesto quanto a isso e que no futuro isso não venha a verificar-se esta divergência do documento que é presente à Câmara Municipal e o que é apresentado aqui à Assembleia Municipal. -----

Um último ponto e agora para o nosso Presidente da Assembleia, Camilo Morais, pessoa por quem eu tenho a melhor estima dizer aqui o seguinte: já não é a primeira vez Senhor Presidente, que no que diz respeito a defesa da honra e aqui refiro-me relativamente ao que pensa. Eu não faço interpretações mas em momento algum vi a Presidente Raquel Costa ser desrespeitosa relativamente a alguém e, portanto, ela estava a defender a honra da forma que considerava mais conveniente e, portanto, eu estive atento ao que ela disse, e não me parece que em momento algum houvesse motivo para lhe retirar a palavra, espero que isso não volte a acontecer Sr. Presidente porque não é legítimo essa interpretação que fez da defesa da honra. O tempo deve decorrer fixa um tempo, o tempo decorre a pessoa usa-o desde que não seja desrespeitosa relativamente a alguém e deve usufruir desse tempo, e não deve haver interpretações.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que usando da palavra fez a seguinte intervenção: “ Peço desculpa por me vir repetir, dizendo algumas coisas que já foram ditas. É vergonhoso o que aconteceu aqui, pois em 51 anos de abril só este Executivo, porque já é repetente na matéria, faz da apresentação de Contas um comício político, um início da campanha eleitoral. Já tinha sido feito antes, pelo Vereador e Ex-Diretor Paulo Rogão e hoje pelo Senhor Presidente Benjamim Rodrigues. Hoje vimos o

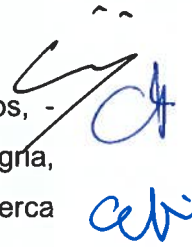


Senhor Presidente do Município aproveitar os meios e aproveitar os dinheiros públicos para fazer campanha eleitoral através desta Assembleia Municipal, com a conivência do Sr. Presidente da Assembleia que aceitou esta preparação, uma vez que o que está em causa neste ponto nada tinha a ver com o que aqui foi apresentado. A única pessoa que chegou aqui e falou em Contas foi o Deputado José Madalena mais ninguém falou em Contas, falou também o Deputado Trovisco num único parágrafo, e o Deputado Manuel Mico em alguns aspetos e depois aproveita-se a “embalagem” e o Sr. Presidente faz campanha eleitoral. Claro que o PS não tinha coisas para apresentar e apresentou a dívida, mas eu vou recordar uma frase de uma célebre pessoa que marcou muito Portugal a na última Assembleia teve um grande elogio do Senhor Presidente Benjamin Rodrigues, que é “pagar a dívida é a ideia de crianças, a dívida gere-se” que foi o Sr. José Sócrates.” -----

*Handwritten signature*  
*cel*

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse: “Eu começaria por dizer que parece que não tenho liberdade de apresentação de um documento como eu muito bem entendo. Que eu saiba isto é democracia e eu desafio-os para que vejam a apresentação de Prestação de Contas de todos os Municípios do País, como é que elas são feitas. ----- Já agora eu não tinha que falar sobre o comparativo daquilo que aconteceu em 2018, mas eu vou dizer-vos, porque eu vou usar as vossas armas, eu vou elencar aqui se vocês quiserem 200 obras, uma a uma para as pessoas ouvirem, mas vou fazer esse favor ao Sr. Deputado Cláudio Trovisco, e vou falar só naquelas que estão candidatas que correspondem a qualquer coisa como no final de tudo 33 milhões 880 mil euros, digam por favor e uma vez que estão a contestar a forma como eu apresentei as contas, qual foi o último relatório que foi apresentado aqui, a última prestação de contas do executivo que nos antecedeu, que valor é que ele apresentou em termos de investimento, é isso que eu gostava de saber, porque eu tenho aqui todas as candidaturas que aqui estão e vão bater nesse valor, eu nem sequer falo, as que já estão feitas. Relativamente a estes últimos anos, 2024 de 2025, fica aqui este documento que vocês vieram aqui dizer o que realmente o Executivo anterior deixou obra, (que eu gostava de saber que obras deixou e o seu valor). Já vos disse, estão aqui 33 milhões de euros elencados, e eu vou só ler antes de começar a responder em relação ao PRR valores de investimento sem IVA, assim vamos ter aquisição de equipamento, nomeadamente: - aquisição de equipamento de projeção digital de cinema, - radar social, - o programa de intervenção de habitações, - o programa de intervenção em habitações, estamos a falar de 17 habitações, no âmbito do Programa

Capacita Terras de Trás-os-Montes para a Autarquia de Macedo de Cavaleiros, - transformação digital, - reabilitação de frações ou de prédios no Bairro da Alegria, vamos a 32 fogos mais que ainda vão ser construídos e o investimento ali é de cerca de 2 milhões de euros e isto é só para vos lembrar que isto fica para quem ganhar as próximas eleições. Dizer também que fomos nós que deixámos isto, em termos de - PDR 2020, - FIADER, - IFAP, - prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, (muito investimento), - valorização da envolvente ao solar dos Cortiços, - o condomínio de aldeia, (só aqui quase o 1 milhão que estamos a investir no mundo rural e estamos a incrementar a economia rural, estamos a trabalhar para as aldeias, para as freguesias e para as pessoas), - protocolo de colaboração técnica e financeira do Roteiro das Terras do Tua quase 700 mil euros, - a frota do futuro, (estamos a falar de sustentabilidade ambiental, sustentabilidade ecológica, pegada de carbono, quase cerca de 600 mil euros, isto tudo fica não estou a dizer que vou ser eu a executar, lembrem-se disto, por favor, ninguém está a dizer que fizeram, que não fizeram mas é óbvio que enquanto tivermos Executivos a trabalhar, há obra feita, se é pouca ou muita, depois a gestão pode ser diferente), e eu não me arrependo da gestão que fiz, se penalizei um pouco as aldeias, eu a conversa que tive sempre com eles foi cuidado que nós podemos ter que sacrificar alguma coisa, mas fizemos esse investimento gradual, estamos a falar só para as aldeias agora, um investimento de 1 milhão 200 mil euros e assim, este empréstimo de 2 milhões de euros, que foi e o investimento que fizemos no saneamento e nas águas. Mas atenção, porque se em 2021 tínhamos 2 milhões de euros aquele investimento que nós tivemos que adiantar para o saneamento e para o abastecimento de água, que foi um acordo assumido aqui por nós e que eu concordei convosco e fomos e investimos, eu não estou nada arrependido, porque o resultado, é ótimo, quanto mais não seja na poupança de água, porque tínhamos um grande desperdício, e estamos a ter sustentabilidade ambiental. Depois de ver os resultados, nós sabemos que em edifícios públicos, estamos a ter muitos mais gastos, e é óbvio que a despesa tinha que ser feita, e nós estamos a falar de escolas, por exemplo. Neste momento, temos de ser racionais é isso temos que fazer e eu no dia em que estiver na bancada, se me quiserem cá como deputado e que esteja aqui outro Presidente de Câmara, eu também terei exatamente a mesma postura, não irei mudar a minha postura. Relativamente ao Turismo de Portugal também um investimento muito grande de quase 600 milhões, também na DGAL e da CCDRN a reparação de danos provocados pelas cheias e inundações, gastamos muito dinheiro, também no fundo do Baixo Sabor a Casa da Ceifa, mais de 200 mil euros, e muito mais dinheiro será investido, com esforços próprios com capitais próprios e das próprias juntas. As juntas trabalham nós sabemos disso e aquilo que eu





digo, é que houve um aumento de transferências de dinheiro para as juntas e aumentaram exponencialmente, algumas delas com capacidade financeira maior, e faz-se esse esforço, claro que a nossa obrigação enquanto Presidentes de Junta e lembro aqui já agora ao Deputado Cláudio Trovisco que aquilo que mencionou para Talhas e apanhou-me a mim enquanto Presidente de Junta nessa altura, tenho que lhe dizer, se sabe qual foi o investimento que houve em Talhas? Não deve saber porque foi um desinvestimento aquele Largo da Igreja que foi uma vergonha o que o Executivo fez, despejou lá um camião de paralelos para dizer que ia fazer a obra, com ligações a céu aberto, sem proteção nenhuma e pegaram naqueles paralelos no dia em que perderam as eleições e levaram-nos para asfaltar a rua do Candidato do PSD. Porque eu gosto de fazer as coisas corretas, obviamente, não quisemos deixar dívidas aos fornecedores, nem obras feitas à pressão sem cabimentação que nos deixaram aqui enrascados a todos. Na Prestação de Contas elenquei estas obras todas porque estamos a falar de investimentos muito grandes que é uma herança que fica para quem vier, como é o caso, da criação da comunidade de energia renovável pela requalificação energética das piscinas municipais, estamos a falar de grandes obras que ficam aqui a construção da base de apoio logístico, a remodelação das redes de abastecimento de água no concelho de Macedo de Cavaleiros, a construção e qualificação de infraestruturas de águas residuais do concelho de Macedo de Cavaleiros, e a requalificação da entrada nascente. Sermos Macedo com sucesso, Macedo mais social e apostar nas pessoas é o dever de qualquer Executivo, pensar nas pessoas, na qualidade de vida, no bem-estar e no conforto, na justiça social, obviamente. Relativamente ao Plano e Orçamento para 2025, já agora deixo a informação da requalificação e modernização do Estádio Municipal e da pista de atletismo, e relembro aqui que nós podíamos ter feito e fizemos um esforço financeiro para melhorar o sintético, sempre para bem das crianças, para poderem treinar em condições e não naquele lamaçal que lá estava, quando anteriormente a nós não fizeram uma candidatura a fundos europeus e fomos nós que tivemos que fazer um esforço financeiro com capitais próprios. Depois a reabilitação da casa da Fábrica da Igreja, que será o Arquivo Municipal, a reabilitação e ampliação das naves do Parque Municipal de Exposições que nós esperemos que tenhamos ali um edifício emblemático que seja digno, para comemorar o 41º aniversário ou 42º aniversário da Feira de São Pedro. Aproveito para dizer também que não tenho vergonha, mas sim orgulho por ter apresentado o cartaz, para vos dar a conhecer e também aos macedenses que nos acompanham através da Rádio Onda Livre porque a população merece esta informação e aqui aproveitamos para o divulgar publicamente. Deixo

C. Trovisco  
CA  
ob

também a informação mais três obras que são - a reabilitação e ampliação das naves do Parque Municipal de Exposições, no valor de cerca de 5 milhões, - a reabilitação do edifício da antiga residência de estudantes para habitação a custos controlados e a modernização e requalificação da escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros, no valor de mais de 2 milhões de euros. Portanto, estamos a falar aqui de muito investimento e não vale a pena estar a falar daquilo que foi feito no passado, porque eu podia como vos disse, falar aqui de 200 obras que fizemos, mas não vou falar aqui do Centro Hípico de Grijó, não vou falar aqui do Centro Náutico no Azibo, não vou falar aqui do parque desportivo em Macedo, os campos de Padel, mas também os campos desportivos no Azibo. -----

Relativamente à intervenção, se eu fiz ou não aqui um trabalho de divulgação como vocês dizem política, todo o trabalho que nós fazemos, nomeadamente a apresentação da prestação de contas é um instrumento político, mas vocês entendem que não é e por isso criticam. -----

Quanto à apresentação do Deputado Cláudio Trovisco e como já disse, elas vão todas no mesmo sentido, só vou aqui apontar algumas notas. Diz que a economia do mel acabou, porque não há uma feira do Mel, a feira do Mel que eu saiba continua a existir, e digo-lhe que o mel em Macedo de Cavaleiros ainda continua a gerar riqueza no valor de 4 milhões de euros, aliás, nós no Município sempre que entregamos cabazes de cortesia a quem quer que seja, vai sempre um frasco de mel do concelho. Quanto ao apostar na despesa com os funcionários, já aqui foi dito tudo, inclusive pelo Sr. Deputado José Madalena, que isto é mesmo assim, é de Lei, agora, há uma coisa que ninguém nos obriga, como no passado não havia, que era a valorização das carreiras, a progressão nas carreiras, isso é uma obrigação nossa de consolidar as pessoas, dar-lhe uma segurança e ainda não fizemos tudo com todo o receio que as pessoas possam ter de ser considerado um ato político, eu tenho um compromisso e não vou deixar de o cumprir com alguns funcionários e vou abrir concurso para eles, para terem uma carreira sólida que tiveram sempre uma carreira precária ao longo destes anos todos para trás. Eu tenho esse compromisso, nós vamos gastar mais dinheiro mas vou ter outra coisa que aqui foi dito, os funcionários não são mais, são menos, eu vou-lhe dar um exemplo, sabe quantos funcionários nós herdamos nas escolas, e não chegam e sabem quantos são pagos, são pagos pelo Ministério? Não, não, sabem, e eu aceitei e com todo o gosto que eu tenho esses custos, com estes 38 funcionários, mais os restantes 8 que são assistentes técnicos. Portanto, nós temos que ter um esforço financeiro de pagar os outros e foi nisso que crescemos e vocês não concordam com isso. Nós temos 355 funcionários vão-se reformar 21 e nós ainda assim, estamos abaixo da cota, agora aumentamos as despesas, fruto de quê, fruto do



aumento de vencimentos dos salários e também fruto de nós queremos dar solidez à carreira das pessoas, portanto, isso vai ser outra aposta que o vou manter até ao fim, podem criticar até me pode custar as eleições, mas estou a fazer aquilo que eu acho que é justo para as pessoas. Relativamente ao passivo houve de facto uma diminuição considerável, nós conseguimos e (disseram e muito bem) aumentar a capacidade de endividamento, mas vocês sabem que nós podemos ir até aos 3 milhões e tal e oxalá para o ano possamos ir aos 4 milhões e por aí sucessivamente, e quem vier que faça o mesmo exercício, porque eu tento governar e gerir o Município como se governasse, a minha casa não é perfeito, mas tento não ter dívidas que possam provocar realmente uma bancarrota em casa. Não quero deixar àqueles que me segurem, porque eu já tinha uma idade considerável, eu não quero deixar esse ónus, eu quero que eles possam pegar na situação financeira, fazer investimento necessário nas aldeias, e eu ficarei todo feliz, porque até posso ser considerado a ovelha negra das freguesias, porque não investi quando devia investir, mas daqui para a frente poderão ter investimento e não será condicionado pelas dívidas que temos, por isso, este ano estão ali mais de 1 milhão de euros de investimento e agora estes 2 milhões são para investir nas aldeias. Falou ainda de uma coisa que eu não resisti, a questão da Interface foi uma obra avançada, mas é só obra que avançaram lá em cima que era um apeadeiro e, aquilo não tinha condições nem para atracar 2 autocarros, ao mesmo tempo. O projeto que foi deixado pelo anterior executivo, uma obra que eu digo uma coisa agradável, era uma coisa emblemática, mas não tinha condições e ia ficar com os cogumelos altos a proteger, mas em termos de estacionamento não tinha condições, foi por isso que mudámos e assim vejam de tal maneira esta casa de cortiça que que é emblemática e moderna para mim foi transformado num Posto de Turismo, já me foi pedido para ser cedido ao Clube Mototurismo, e eu digo que me agrada a ideia e que, provavelmente, vamos cedê-la se realmente tiverem interesse. Portanto, eu já falei nos funcionários, houve aqui algumas obras que não foram mencionadas, mas que foram conseguidas por nós e quero dar os parabéns a quem teve a oportunidade de intervir no sentido de captar investimentos, foi para bem de todos nós e digo já agora fica aqui também a nota que eu também intervi, por isso eu falo nelas agora, o investimento no Hospital teve um investimento acima de 2 Milhões de euros, a eficiência energética já era um hospital de referência no norte do país, teve agora uma modernização de eficiência energética fantástica, a CERCIMAC que é um exemplo a nível do norte do país, a quem nós cedemos um terreno para eles construírem, nós tivemos alguma intercedência, aliás, eu tive uma cerimónia em que foi atribuída a verba para a construção de todas aquelas estruturas que eles agora têm

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

que vão ser uma referência a nível do norte e, aqui ficam os meus parabéns à Luísa Garcia, e a toda a equipa e todos aqueles que trabalharam nas candidaturas. Nós temos que nos envolver também com mais ou menos investimento, mas olhem que doar um terreno que é do município, estamos a alienar património, mas é património que fica na cidade, portanto, nós ajudamos todos aqueles que querem trabalhar é para isso que nós cá estamos, houve uma coisa que também não falámos também é património e toda a gente me criticou na altura com a compra do Piaget, com todo o equipamento que já foi usado, só para dar um exemplo, as cadeiras que estão ali no auditório do mercado vieram de lá, não gastamos dinheiro nisso e, é isto sustentabilidade e rentabilizar, portanto, é o que eu digo, nós gerimos esta casa como entendemos que a nossa casa devia ser gerida, pautei sempre os meus gastos de acordo com as minhas possibilidades, não acho justo como alguém disse aqui, que a dívida é para se gerir, é verdade que a dívida é para gerir, mas eu preferia ter um município sem dívida para quem viesse atrás, mas vamos no bom caminho, só peço que quem governar os próximos 8 anos faça o mesmo que eu que a dívida vá a zero que já fico contente. Assim termino e me abstenho de fazer mais comentários.” -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e um (31) votos a favor e vinte e sete (27) votos contra, aprovar o documento de Prestação de Contas referente ao ano de 2024.** -----

**Fez declaração de voto:** -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – “O nosso voto contra obviamente tem a ver com a coerência com a votação do orçamento e pela discordância de longo prazo corresponde mais ou menos a este mandato. Efetivamente com de facto o Senhor Presidente de repente mudou o chip, ou seja, o Sr. Presidente era contra a dívida e agora de repente, mas, enfim, já lá vamos, mas dizer que o seguinte e tem que ver com o facto de alteração nos documentos, não sendo possível acolher o apelo para a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, que era o que devia ter sido feito, importa deixar clara a nossa posição, em sede de Comissão Permanente, foi entregue um documento de alteração a substituir parte do relatório de prestação de contas, no entanto, esta página não faz parte do documento aprovado e assinado pelo Executivo em reunião de câmara. Mais grave ainda a subscrição dessa página nunca foi votada em sede de reunião de câmara, o que significa que o documento hoje submetido a apreciação e votação nesta Assembleia não corresponde em rigor ao que foi validado pelos órgãos do executivo ou o documento hoje votado corresponde, de facto ao aprovado pelo executivo e a Câmara Municipal trouxe mais uma vez esta assembleia



*Handwritten signatures in blue ink: "Lij" and "Ceb"*

um documento com incorreções. Nenhum destes cenários é aceitável, nenhum deles é benéfico para a transparência ou para a legalidade ou para a credibilidade das instituições. Ora, nos termos legais e procedimentais, qualquer documento ser sujeito à apreciação da Assembleia Municipal deve ter sido previamente analisado e validado em reunião de câmara, e isso não aconteceu com o documento correto. Uma vez detetado o erro, deveria ter passado pelos seguintes passos, convocar uma reunião de câmara extraordinária submeter em sede de reunião de câmara a votação do novo documento com as alterações introduzidas só depois apresentar o documento final para apreciação e votação. Não o tendo feito o executivo incorre num atropelo claro às normas legais e ao princípio da legalidade administrativa e fica isto como uma espécie de memória futura para que efetivamente não volte a acontecer, isto foi acontecendo ao longo deste mandato, correções de documentos entre o que foi à câmara e o que veio aqui, vamos ver se temos o cuidado de para quem vier a seguir, seja o Presidente Benjamin seja o Presidente Sérgio Borges que efetivamente, isto seja alterado. Os documentos têm que ser tratados se calhar com mais tempo para que, efetivamente haja um tempo de leitura e reflexão, perceber se há erros ali, fazer uma filtragem previamente caso seja necessário, porque se assim não for, depois aqui factualmente estamos a fazer algo ilegal.” -----  
-----

**Ponto 3 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

Presente o Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, com data de 23 de abril de 2025 referente ao Documento de Certificação Legal das Contas do Município de Macedo de Cavaleiros, emitido pela Empresa Esteves, Pinho & Associados, SROC. -----

O Documento é dado como transcrito ficando cópia do mesmo devidamente arquivado na pasta correspondente a esta reunião ficando a fazer parte integrante da mesma. ----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----**

**4 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025 – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA – PROPOSTA - APROVAÇÃO NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA a), N.º 1 DO ART.º 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

*C. A.*  
*ew*

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 22 de abril de 2025, que se transcreve. -----

“DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA - PROPOSTA: DELIBERAÇÃO. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: -----

“**Justificação:** -----

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local. --

A NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental - trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos aos Documentos Previsionais do ano em curso determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se procede ao aumento de receitas, inscrição e/ou anulação de projetos/ações do Plano de Investimentos e inscrição e/ou anulação de projetos/ações do Plano de Atividades. -----

Concretizando. -----

**Ao nível da receita** -----

**Aumento de 722 536,77€** -----

	2025		2026		2027		2028	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Receita Corrente	65 796,18 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Receita Capital	736 557,11 €	245 204,50 €	573 486,35 €	- €	689 886,83 €	- €	90 417,65 €	- €
Saldo da Gerência	660 387,98 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

**Ao nível da despesa** -----

**No documento previsional Plano Plurianual de Investimentos:** -----

	2025	2026	2027	2028	2029
Valor de aumentos	1 850 557,04 €	2 179 771,73 €	904 700,11 €	- €	- €
Valor de diminuições	869 253,68 €	- €	- €	- €	- €

**No documento previsional Plano de Atividades Municipal** -----

	2025	2026	2027	2028	2029
Valor de aumentos	243 445,66 €	291 910,91 €	217 775,54 €	- €	16 900,00 €
Valor de diminuições	315 748,10 €	- €	- €	- €	- €

**Ao nível da despesa (sem plano)** -----



	2025
Valor de aumentos	141 660,00 €
Valor de diminuições	141 660,00 €

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Face ao exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta modificação, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal. “ ---

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta referente à Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2025 e submetê-la a aprovação da próxima Assembleia Municipal. -----

----- Tendo-se verificado empate, o Presidente da Câmara usou da prerrogativa legal e regulamentar prevista no art.º 16, n.º4 do Regimento da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros - voto de qualidade. -----

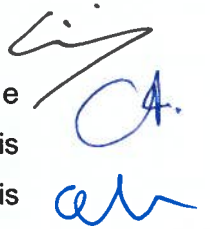
----- Votação: três (3) votos a favor (Benjamim Rodrigues, Sónia Salomé e Susana Viana), três (3) votos contra (Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso)” ----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atual, com 33 (trinta e três) votos a favor e vinte e cinco (25) votos contra, aprovar a 2.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2025. -----

**Declaração de voto.** -----  
**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – “Em coerência mantemos a mesma linha e votamos contra.” -----

**PONTO 5 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE À ATIVIDADE AUTÁRQUICA NO PERÍODO COMPREENDIDO DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025 A 12 DE ABRIL DE 2025, ELABORADA NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

**SÉRGIO DAVID RAMOS BORGES (PSD)** – Usando da palavra fez a seguinte intervenção: “ O assunto que me traz aqui prende-se novamente com o Jardim de Infância de Travanca. Na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente no mês de março, mais especificamente, no dia 26 de março, quarta-



feira, não vejo qualquer menção à apresentação do projeto Desconstruir, Repensar e Reeducar na qual esteve presente, projeto promovido por várias Entidades, das quais destaco Unidade das Mutualidades Portuguesas e o nosso Município, o qual, mais uma vez, parabenido por esta nova iniciativa que será, com certeza, uma mais-valia para os jovens na área da saúde mental. Mas voltando à informação escrita do Sr. Presidente dizer que no dia 27 de março, (quinta-feira), na reunião agendada com o Executivo da Junta de Freguesia Macedo de Cavaleiros, em que o assunto era a apresentação do Projeto Social proposto pela Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros e a cedência do Jardim de Infância de Travanca através de contrato de comodato, na qual esteve presente, não vejo também qualquer menção. Como bem se deve recordar, certamente, apesar de já ter passado mais de um mês, tivemos finalmente em sede de reunião com o Sr. Presidente da Câmara, a oportunidade de apresentar o Projeto de Cariz Social e Educativo e de igual forma, com carácter lúdico, com 3 eixos de intervenção privilegiada, como sejam o envelhecimento ativo, o dinamismo infantojuvenil e confraternização intergeracional, no âmbito das quais se prevê a prestação de cuidados de saúde básicos, como complementares, atividade física, estimulação cognitiva, criação do centro de convívio e gabinetes de Apoio Social, espaço de apoio logístico às comissões de festas, entre outras. Ou seja, Travanca 3+, e se está recordado, Sr. Presidente da mencionada reunião resultou o entendimento entre as partes para a utilização conjunta das mesmas e ficamos a aguardar assim contacto breve por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal para o agendamento de uma segunda reunião, em data a designar e com a presença do representante da União de Mutualidades Portuguesas para corroborar a alternativa da utilização conjunta, e por fim à contenda, cuja demora não deixa de atrasar a execução dos projetos para ali previstos, com os prejuízos inerentes para a comunidade de Travanca. E as minhas questões são as seguintes e visto que, na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente justificou-se com o timing do projeto com a União das Mutualistas, eu pergunto para quando está prevista a reunião tripartida com a União Mutualista, a Junta de Freguesia e Município para acordar a utilização do espaço do Jardim de Infância de Travanca e para quando a resposta ao pedido entregue nessa mesma reunião sobre o protocolo de comodato para a utilização do imóvel, onde funcionava o Jardim de Infância de Travanca. Por último foram, e bem, contratados para este projeto com a União de Mutualidades 2 técnicos seriam 3, mas para já são 2 técnicos residentes no concelho, eu pergunto como está a correr e onde está a decorrer o trabalho destes técnicos.” -----  
-----



**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “ Queria só num segundo dizer ao senhor presidente de Câmara que, por várias vezes o Senhor Presidente, chega aqui, diz, eu tenho que explicar às pessoas que estão lá a ouvir, todos nós estamos aqui em defesa dos macedenses, mas o Senhor Presidente também tem que perceber que nós também fomos eleitos, e que esta é a nossa casa e a nossa função é fiscalizar o seu trabalho. Não é nas eleições, as pessoas estão lá fora, vão fiscalizar o seu trabalho, mas, neste momento, tem também de respeitar esta casa e para mim fica muito mal, o Senhor estar sempre a dizer que tem de explicar às pessoas lá fora, porque primeiro tem que nos explicar a nós e tem de responder às questões que nós colocamos e depois sim, explica para todos os macedenses. -----

Relativamente à questão que nos traz aqui, a democracia é isso, e sabemos também respeitar os pontos e a ordem de trabalho e para todos nos entendermos, relativamente à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e da leitura que fiz, continuo um bocadinho a ver o mesmo, tenho visto nas outras informações escritas em que a gestão deste Executivo continua a ser uma gestão corrente com reuniões com Juntas de Freguesia, Organizações, na qual a Câmara faz parte, mas nada de novo. Recorremos mais uma vez às empresas privadas para fazer o nosso trabalho, como é o caso da Revisão da Carta Educativa. Depois temos as viagens do Senhor Presidente, e temos aqui no mês de março viagens para Paris, temos viagens para Lisboa e temos viagens para os Açores, seja em serviço do Município, seja por Entidade às quais pertence. O Senhor Presidente da Câmara passa o tempo a viajar e também não nos diz se as viagens são em representação do Município ou de qualquer outra Entidade. Bem sei que o mesmo diz que necessita cultivar-se, mas Sr. Presidente, cultivar-se com o dinheiro do erário público, não parece ser a função de um Presidente, já que até hoje, depois de tanto cultivo, eu não vi nenhum retorno para o Município, por isso, pergunto qual das ideias das boas práticas ou projetos de desenvolvimento que experimentou nas suas viagens colocou em prática em Macedo? Foi elaborado algum plano devidamente pensado e estruturado, que consta numa estratégia realista para o desenvolvimento deste concelho com prioridades de intervenção? Qual o rumo. Qual o plano? Nomeadamente na área do turismo, não vejo nada disso refletido.” -----

**FÁTIMA RAQUEL EUSÉBIO COSTA (PSD)** – Usando da palavra fez a seguinte intervenção: “ Da análise da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, e no que toca à Divisão de Obras Municipais, nomeadamente as

empreitadas adjudicadas, em execução e concluídas, desta análise peca uma vez mais pela ausência no que toca à Freguesia de Vale de Prados, além da adução de água ao depósito feita pelos motivos já aqui explicados e que continua a prevalecer ali na Arrifana, um problema grave e que manteremos contacto acerca disso, nomeadamente como diz a Engenheira Cristina, o estado chuva, mas quando vier o bom tempo a sentir a brisa e o aroma da Arrifana ficará extremamente agradável, e como é óbvio para além desta obra de adução da água do depósito, não há qualquer obra adjudicada na execução nem concluída relativamente a Vale de Prados. ----- Nada mais do que isso Sr. Presidente, eu não peço nem nunca pedirei tratamento privilegiado, peço é verdade, bondade e a utilidade das decisões políticas. Sr. Presidente, relativamente a Vale de Prados ou a outra Freguesia qualquer, as 3 “peneiras” de Sócrates que aqui já foi citado hoje, que o Sr. Presidente invocou na última assembleia ordinária de dezembro, Sócrates o Filósofo, verdade, bondade e utilidade, é a única coisa que eu lhe peço relativamente a Vale de Prados nunca pus nem nunca perei o investimento noutra Freguesia qualquer, mas também não deixarei de reclamar e de me abster de o fazer relativamente a Vale de Prados.” -----

**ROGÉRIO PAULO TALHAS PIRES (PS)** - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “ Permitam-me que vos diga que cada um dos Deputados que aqui vem, vem fazer política, não é só o Sr. Presidente da Câmara, e ainda bem que assim é, porque é através desta política que a gente esgrime ideias e vamos contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos nossos macedenses e da nossa própria qualidade de vida. E já que aqui estou a fazer política, eu da apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente, pareceu-me a mim não encontrar referência ao recente Protocolo que o Município assinou com a ULS do Nordeste, relativamente ao projeto recente e inovador que vai dar início no nosso concelho. É um programa que está enquadrado dentro do Serviço que o Centro de Saúde oferece às mulheres do nosso concelho grávidas ou aos casais grávidos (para agora é pretendido que assim seja referido) e é um programa para preparação para o parto que agora inclui a preparação em meio aquático, ou seja, as nossas grávidas vão poder dentro do seu plano de preparação para o parto e para a parentalidade, ter também momentos dentro das Piscinas Municipais que daquilo que eu sei recolhem as condições técnicas para o efeito. O projeto já implementado a nível europeu, mas em Portugal, e vou-me referir à Região Norte, é o único que eu tenha conhecimento, apenas um Centro de Saúde de Gaia, Espinho e um Centro de Saúde de Vila Real o disponibiliza. Portanto Macedo de Cavaleiros a nível nacional, neste campo está na vanguarda, proporcionando às grávidas do concelho o que de melhor se faz a nível Europeu e Nacional. Assim dou



os parabéns à ULS e obviamente aos profissionais que estão envolvidos neste projeto, mas também ao Município de Macedo de Cavaleiros, pela visão e sensibilidade, promovendo as tais sinergias que eu também já referi anteriormente com outras Instituições que permitem assim oferecer mais e melhor aos munícipes macedense, promovendo bem-estar e saúde neste caso. Muitos parabéns e é pena que não esteja vertido na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal.” -----

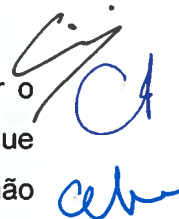
*J. A.*  
*eb*

**MARIA ADELAIDE SERRA CARVALHO (PSD)** - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “ O assunto que me traz aqui é que na informação escrita não vi nenhuma menção à obra que está a ser realizada, isto é, a colocação da Estação Elevatória no Saneamento do Bairro de Sagrada Família. Em dezembro, foi-me dito que estava a obra concluída, afinal não estava nem começada, mas, neste momento, ela aparentemente está concluída só não está ao serviço ainda da população, porque não está ligada. Penso que será um problema de ligação à Rede Elétrica, não sei. Gostava que o Sr. Presidente nos esclarecesse para quando é que a população poderá usufruir dessa obra. Em relação aos passeios que vêm em plano há 5 anos consecutivos, também não há nenhuma menção e gostaria que que nos dissesse se é realmente para este ano, e se não é, que nos esclarecesse sobre esse assunto.” -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas** -----

Sobre a intervenção do Presidente de Junta Sérgio Borges dizer que a questão de não estar mencionado, o equipamento de Travanca certamente foi uma falha dos serviços e eu confesso que li por alto, e não me apercebi dessa falha. Mas de facto essa reunião entre nós do dia 27 de março aconteceu, é verdade que já passou cerca de um mês, mas entretanto aconteceram situações menos agradáveis com a equipa, a que nós somos completamente alheios e que teve que ter a intervenção de quem recrutou que foram os Mutualistas, enquanto são “donos” do projeto. Eu penso que, neste momento, nós não andamos com reunião tripartida, porque, de facto, eles estão em processo de recrutamento, e certamente até iremos ter novidades interessantes na próxima Assembleia, com pessoas “conotadas”, como disse, no concelho e certamente boas surpresas, portanto, eu aguardo que a direção dos Mutualistas nos proponha a disponibilidade para essa reunião. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Jacinta Lopes dizer que faz os comentários que muito bem entende, e se entende que estamos em gestão corrente, eu quero



continuar toda a minha vida numa gestão corrente igual, e continuar a aumentar o património da minha casa e a diminuir as minhas dívidas, portanto, não sei que discurso é esse. Mas é um discurso muito incoerente e pouco inteligível, que eu não entendo. Relativamente às reuniões que eu vou tendo e falou também no facto de termos que contratar serviços externos, dizer que isso é normal. Quando nós não temos capacidade para fazer uma revisão de uma Carta Educativa e pelos timings, é normal que a gente recorra a serviço e estamos como em todo o lado, a sua empresa certamente terá que recorrer a serviços externos, isto é um decurso normal das situações. Relativamente às viagens, posso-lhe dizer que as viagens são muitas, é verdade que são muitas, infelizmente para mim, porque tenho que ter uma capacidade de andar a “bater terreno”, porque nós temos, como já viram participações em várias Entidades, fruto da minha integração na Direção da Gestão dessas Entidades, muitas vezes sou convocado para me deslocar, nomeadamente no âmbito do GEOPARK, e com a Associação de Caretos de Podence, que por acaso já estamos convidados para ir à Expo em Osaka, com os Caretos de Podence muito em breve. -----

Relativamente à intervenção da Presidente de Junta Raquel Costa eu tenho que dizer que faz muito bem em defender a sua terra, que eu sempre defendi a minha terra (Talhas) mesmo, quando em 4 anos de exercício, me deram 200 euros de investimento, e eu nem aceitei, e deixei ficar no orçamento da Câmara, e com honra e com muito orgulho, fiz a gestão e fiz obra em Talhas, quando fui Presidente de Junta sem precisar do Executivo que me castigou dessa forma, se calhar para me tirar todas as possibilidades, de eu aqui estar hoje, mas cá estou, o povo assim o quis e foi a vontade do povo. -----

Quanto à questão da intervenção do Rogério agradecer os parabéns que deu ao ULS é um esforço, obviamente, é um esforço para bem, e estamos a falar de uma condição humana especial que é a gravidez e, obviamente que nós estamos sempre na primeira linha de apoio e a recriar condições para as pessoas em situação especial como esta da maternidade, e não só. A Universidade Sénior nós ajudamos para que eles possam também ter este tipo de atividades em piscina e não só, agora eu lamento mais uma vez outra falha, de utilizar todas as nossas armas políticas que até nos esquecemos das coisas melhores que fazemos, portanto, como veem se houvesse essa intenção, tínhamos que ter isto plasmado. -----

Quanto à intervenção da Presidente de Junta Adelaide Carvalho dizer-lhe que os passeios como toda a gente sabe e hoje já apresentei estão previstos, e em função do empréstimo, terão de ser executados, e não são os únicos há várias freguesias onde isso vai acontecer. Relativamente à ETAR, eu confesso que desconheço qual é o problema técnico, e por isso solicito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que



possa a Sra. Engenheira Alice, Chefe de Unidade de Energia, para que possa esclarecer esta questão.” -----

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à Chefe de Unidade, Eng.<sup>a</sup> Alice que passou a informar: “A obra em Carrapatas da parte da construção civil está concluída, e como é do conhecimento da Sr.<sup>a</sup> Presidente de Junta, porque eu já ajudei noutra processo lá na casa mortuária, temos a fase final que é a ligação à rede e a certificação para instalação, e a certificação vai ser feita, e de seguida procedemos à ligação que vai ser feita na próxima semana.” -----

**6 – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025 – 1.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA o), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 22 de abril de 2025, que se transcreve. -----

“MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025 – 1.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA O), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO NAA SUA REDAÇÃO ATUAL: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal datada de 2025.04.15, que se transcreve.- “Aditamento dos seguintes postos de trabalho:-----

Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior Generalista com formação em Educação Emocional, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo;-----

Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, área de Psicologia Clínica em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo (meio tempo);-----

Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, área de Educação Social em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo;-----

***Enquadramento legal*** -----

Em conformidade com o artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.-----

Assim, é anualmente elaborado o respetivo Mapa de Pessoal, onde se preveem quais os postos de trabalho necessários para a execução das atividades previstas no ano a

que diz respeito.-----

O Mapa de Pessoal do Município de Macedo de Cavaleiros, constante em anexo à proposta de Orçamento Municipal – 2025, foi aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, em sessão de 27/12/2024.-----

Em conformidade com o artigo 29.º da LTFP, “o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em funções: -----

a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; -----

b) Do cargo ou da carreira e, ou, categoria, que lhes correspondam;-----

c) Dentro de cada carreira, e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;-----

d) Do perfil de competência transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.”-----

Não obstante, o Mapa de Pessoal não é um documento estático, é pois, um documento que funciona como um importante instrumento de gestão dos recursos humanos e, assim sendo, sofre as mutações que sejam necessárias para operar no ano a que se reporta, prevendo os lugares que permitem à Câmara Municipal recrutar os recursos humanos necessários para dar resposta às exigências do seu funcionamento.-----

A competência para aprovação do Mapa de Trabalho, e por identidade de razão das suas alterações, é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na conjugação da alínea ccc), do n.º 1 artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

#### **Fundamentos da proposta de alteração**-----

**A** – A Divisão de Educação e Desporto carece de recursos humanos na carreira/categoria de Técnico Superior para exercer funções nos *Programas ( Inter) Municipais de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE*, designação: *Ser Macedo com Sucesso*;-----

**B** – A Divisão Social carece de recursos humanos na carreira/categoria de Técnico Superior para exercer funções no *Balcão da Inclusão – Unidades Moveis em territórios de baixa densidade*, Designação: *MMS ( Macedo de Cavaleiros)*;-----

Assim, perante o que vem sendo referido, verifica-se que devem ser aditados ao mapa de pessoal da autarquia:-----



a) Dois (2) postos de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior para exercer funções na Divisão de Educação e Desporto;-----

b) Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior para exercer funções na Divisão Social;-----

**Proposta em sentido restrito**-----

Pelo que, atento ao quem vem sendo dito, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, pelos fundamentos aduzidos, **proponho**, que a Câmara Municipal aprove a presente proposta, a fim de ser submetida, para apreciação e deliberação, na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

Os encargos com a presente alteração encontram-se sustentados nos documentos previsionais para o ano 2025.”-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2024, nos termos propostos e, para os efeitos do n.º 1, alínea o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

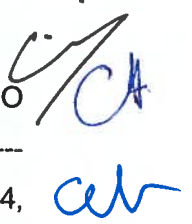
Tendo-se verificado empate, o Presidente da Câmara usou da prerrogativa legal e regulamentar prevista no art.º 16, n.º4 do Regimento da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros - voto de qualidade. -----

Votação: três (3) votos a favor (Benjamim Rodrigues, Sónia Salomé e Susana Viana), três (3) votos contra (Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso) ” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atual, com 36 (trinta e seis) votos a favor e vinte e dois (22) votos contra, aprovar a proposta da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025, nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----

**7 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS NO VALOR DE 2.176.317,16€ - AUDIÊNCIA PRÉVIA – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 25.º, N.º 1 DA ALÍNEA f), DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 22 de abril de 2025, que se transcreve. -----



“ CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS NO VALOR ATÉ 2.176.317,16€ - AUDIÊNCIA PRÉVIA: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a informação n.º 51/2025 da Unidade de Finanças datada de 2025.04.14, que se transcreve. -----

“ Atento à informação nº.45/2025, e tendo decorrido o prazo de audiência prévia, nos termos dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, não tendo havido qualquer reclamação por parte dos interessados, a saber: -----

- Banco BPI; -----
- Caixa Económica Montepio Geral; -----
- Caixa Geral de Depósitos; -----
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro; -----

Anexa-se relatório final, onde se propõem que a adjudicação recaia sobre a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, por ser a que menos onera financeiramente o Município. -----

De acordo com o descrito, deve o relatório ser presente à Câmara Municipal para deliberação de adjudicação do empréstimo de médio e longo prazos até ao montante de 2.176.317,16€, bem como seja requerida a minuta do contrato à instituição de crédito supracitada.” -----

----- O Relatório final de apreciação de propostas dá-se como transcrito, ficando cópia do mesmo devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com base na informação e no Relatório Final de Apreciação das Propostas, autorizar a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazos até ao montante de 2.176.317,16€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. -----

----- Tendo-se verificado empate, o Presidente da Câmara usou da prerrogativa legal e regulamentar prevista no art.º 16, n.º4 do Regimento da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros - voto de qualidade. -----

----- Votação: três (3) votos a favor (Benjamim Rodrigues, Sónia Salomé e Susana Viana), três (3) votos contra (Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso) -----

**DELIBERAÇÃO A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 (trinta e cinco) votos a favor e vinte e três (23) votos contra dos Deputados Municipais; José Madalena, Cláudio Trovisco, Maria José Moreno, Margarida Parra Pires, Simão Ferreirinha, Lília Silva, Carlos Rodrigues, Sandra Franco, Jacinta Lopes, Amâncio Rocha, Daniela Rebelo, Manuel Olaio, António Vila Franca, Francisco Oliveira, Miguel Reis, Betina Gonçalves, Leonardo Vila Franca, Sérgio Borges,**



**Luís Rodrigues, Fátima Raquel Costa, João Diogo Salsas, Carlos Macedo e David Martins, autorizar com base na informação e no Relatório Final de Avaliação das Propostas, a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazos até ao montante de 2.176.317,16€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. -----**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**Fizeram declaração de voto. -----**

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) –** Que disse: “ Relativamente a este assunto deixar bem claro que no Grupo do PSD, nós dissemos que muitas destas obras, e aqui a minha divergência com o do Sr. Presidente da Câmara, havia condições reais para já terem sido feitas, ou seja, muitas destas obras já podiam estar executadas e que só estão agora em fase de projeto e certamente que não vai haver capacidade por parte dos Empreiteiros para a sua realização, porque estamos a 3 ou 4 meses das Eleições, comprometendo até se calhar o futuro Executivo com opções que podem ser questionáveis. Portanto não somos contra, somos a favor de que as obras tivessem sido feitas mas de uma forma organizada e não desta forma onde se vislumbra uma mudança de “chipe” clara. Quanto a este assunto a nossa Bancada vai votar contra” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) –** Que disse: “O Grupo Parlamentar do PS vai votar a favor deste Empréstimo. Dizer que este empréstimo só vai ser feito agora porque há condicionantes que por vezes as pessoas não entendem, mas se não se fizer este empréstimo elas não podem ser executadas, porque sem dinheiro não há obras.” -----

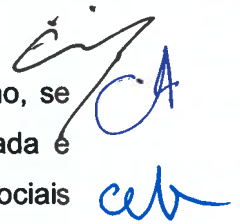
## **8 – CARTA SOCIAL MUNICIPAL PARA 2025 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 6.º DA PORTARIA N.º 66/2021, DE 17 DE MARÇO -----**

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 08 de abril de 2025, que se transcreve. -----

**“APROVAÇÃO DA CARTA SOCIAL MUNICIPAL PARA O ANO DE 2025 DELIBERAÇÃO.-----**

-----Presente informação n.º 49/2025 de 01.04.2025 da Divisão Social, que se transcreve:-----

“Nos termos da Portaria n.º 66/2021 de 17 de Março a carta social municipal é um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível concelhio, é um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de



serviços e equipamentos sociais, por forma a garantir que, ao nível do concelho, se dispõe de uma rede de serviços e equipamentos adequadamente dimensionada e distribuída e que responda com eficiência às carências e problemáticas sociais diagnosticadas. -----

Como instrumento de diagnóstico e planeamento prospetivo, a carta social municipal deve conter: -----

- a) Uma caracterização do território, designadamente nas vertentes demográficas, socioeconómica e física; -----
- b) O mapeamento dos serviços e equipamentos sociais existentes, incluindo georreferenciação dos mesmos; -----
- c) Uma prospeção que, em face das necessidades identificadas, estabeleça a evolução planeada e programada da rede de serviços e equipamentos sociais, o seu dimensionamento, a tipologia das respostas e a articulação com os índices de cobertura nacional, no quadro da evolução demográfica e socioeconómica de cada concelho. -----

Considerando a legislação atrás referida foi elaborada a Carta Social do Município de Macedo de Cavaleiros, da qual anexo proposta. -----

Nos termos do artigo 6.º da referida Portaria, proponho a aprovação da Carta Social Municipal pela Exma. Câmara Municipal. A mesma deve ser posteriormente submetida a aprovação da Assembleia Municipal, acompanhada do parecer do CLAS de Macedo de Cavaleiros, do qual anexo cópia.” -----

----- **Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 02.024.2025:** “ À Câmara Municipal para deliberação.” -----

----- A minuta a proposta da Carta Social Municipal para 2025, dá-se como transcrita, ficando cópia da mesma, devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos a Carta Social Municipal 2025, e submete-la a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Carta Social Municipal para 2025, nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----



*Handwritten initials and signature in blue ink.*

**9 – JUNTA DE FREGUESIA DO LOMBO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO IMÓVEL ONDE FUNCIONOU O JARDIM DE INFÂNCIA – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA j), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 25 de março de 2025, que se transcreve. -----

“JUNTA DE FREGUESIA DO LOMBO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO IMÓVEL ONDE FUNCIONOU O JARDIM DE INFÂNCIA – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A JUNTA DE FREGUESIA DO LOMBO: DELIBERAÇÃO. -----

Presente a informação n.º 52 da Divisão de Educação e Desporto de 17.03.2025, que se transcreve: -----

“ O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lombo solicitou a cedência do imóvel onde funcionou o Jardim de Infância (JI), na localidade do Lombo, conforme comunicação anexa a esta informação. -----

Considerando que: -----

1 - *Constituem atribuições da freguesia a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município, conforme o nº 1, art.º 7º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----*

2 - *Compete à Assembleia Municipal, nos termos da al.) j), nº 1, art.º 25º do Diploma antes referido, Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; -----*

3 - *O imóvel designado por JI do Lombo, omissa na matriz, mas identificado na planta anexa, se encontra devoluto, não se prevendo, a médio prazo, que o Município venha a dele ter necessidade; -----*

4 - *O comodato é o contrato gratuito pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o disposto no art.º 1129º e seguintes, do Código Civil, na sua redação atual. -----*

Pode a Câmara Municipal deliberar submeter à Assembleia Municipal a aprovação da minuta do contrato de comodato em anexo e da cedência do imóvel em apreço à Junta de Freguesia do Lombo.” -----

----- **Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 18.03.2025:** “ À Câmara Municipal para deliberação.” -----

-----A minuta do Contrato de Comodato entre o Município de Macedo de Cavaleiros e a Junta de Freguesia do Lombo dá-se como transcrita, ficando arquivada uma cópia

na pasta da documentação correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a minuta do contrato de comodato entre o Município de Macedo de Cavaleiros e a Junta de Freguesia do Lombo, bem como autorizar a cedência do imóvel referido, submetendo a respetiva minuta à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea j), nº 1, art.º 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” -----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Só para dizer aqui que somos efetivamente a favor deste contrato de comodato, e da cedência de instalações que não são usadas pela câmara para coletividades, ou Juntas de Freguesia que tenham vontade de fazer alguma coisa, espero o mesmo tratamento, obviamente, em relação à Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros e já agora o Jardim de Infância de Travanca.” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** fez a seguinte intervenção: “ Dizer que todas as Freguesias em que tenham património nestas circunstâncias, poderá ser perfeitamente alienado um protocolo de comodato ou numa entrega mesmo definitiva. Esta é a minha posição, aliás, aquilo que fizemos com Travanca, isso foi devidamente esclarecido, pois havendo aquele projeto e tendo conversado a tempo e horas, teríamos evitado todo aquele constrangimento e já podíamos ter neste momento, o projeto a funcionar. Em Travanca, nós temos a possibilidade de potenciar um projeto, para ser algo realmente inter-geracional e para nós potenciarmos as doenças mentais e podermos, de facto, integrar as gerações e desenvolver um trabalho social meritório. É o que eu quero, que todas as Juntas façam o mesmo. Deixo aqui uma nota, porque já várias vezes me alertaram para isso, que a questão de Chacim que também devia ter sido assim, mas obviamente que nós sabemos que Chacim tem várias instalações, e nós, neste momento, estamos disponíveis para apoiar a Junta de Freguesia e a Associação para melhoramentos que eles continuam a desenvolver. Ainda bem que existem este tipo de Associações que fazem este trabalho para a sociedade e eu continuo a incentivar os Presidentes de Junta e as Associações a fazerem esse trabalho, porque sem essas equipas diferenciadas, nós continuamos a ser comunidades vulgares, e nós temos que fazer a diferença e a diferença faz-se com esses projetos. Portanto, estamos disponíveis para entregar todos os equipamentos



que estejam na nossa tutela para as Juntas de Freguesia que assim o desejem.” -----

*Cij*  
*CA*  
*cel*

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Macedo de Cavaleiros e a Junta de Freguesia do Lombo referente à cedência do imóvel Jardim de Infância (JI).** -----

**10 – PROJETO DE PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE MACEDO DE CAVALEIROS – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA g), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do Plenário a deliberação da Câmara Municipal de 22 de abril de 2025, que se transcreve. -----

“PROJETO DE PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE MACEDO DE CAVALEIROS – APROVAÇÃO: DELIBERAÇÃO. -----

----- Presente a informação n.º 39/2025 da Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos datada de 2025.04.05, que se transcreve. -----

“Tendo-se observado a tramitação prevista no n.º 1 do art.º 98.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo - CPA, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sequência da deliberação do órgão executivo, tomada em reunião de 18 de fevereiro de 2025, para os efeitos do estatuído no artigo 101.º do CPA, submeteu-se a consulta pública, pelo prazo de 30 dias, o “Projeto de Plano Municipal de Ação Climática de Macedo de Cavaleiros”. -----

Em face do exposto, a consulta pública, publicitada através do Aviso (extrato) n.º 5979/2025/2, na 2.ª série do Diário da República de 3 de março de 2025 e no sítio institucional do Município, em [www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt), decorreu entre os dias 4 de março de 2025 e 14 de abril de 2025. -----

Concluído o período de consulta pública referente ao Plano Municipal de Ação Climática, foi recebido um contributo por parte da entidade Deco. Neste contributo, é solicitado que uma medida de mitigação fosse integrada no Plano. Analisado o contributo recebido por parte da entidade Deco, este foi aceite e inserido na versão final do Plano Municipal de Ação Climática de Macedo de Cavaleiros (em anexo segue Relatório de Ponderação da Consulta Pública do Plano Municipal de Ação Climática de Macedo de Cavaleiros). -----

*caj*  
*CA*  
*cel*

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea k) e 25.º, n.º 1, alínea g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, encontram-se reunidos os pressupostos para que a Câmara Municipal aprove o envio do plano (versão final em anexo) à Assembleia Municipal para aprovação final, com a subsequente publicação em Diário da República, conforme disposto no art.º 139.º do CPA e art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.” -----

----- **Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 2025.04.15:** “À Câmara Municipal para deliberação.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o envio do Plano Municipal de Ação Climática de Macedo de Cavaleiros (versão final em anexo) à Assembleia Municipal para aprovação final, com a subsequente publicação em Diário da República, conforme disposto no art.º 139.º do CPA e art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” -----

**Abertas as inscrições ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, aprovar o Plano Municipal de Ação Climática de Macedo de Cavaleiros. -----

**III – Intervenção do público:** (cfr. n.º 1 do art.º 49.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do art.º 49.º do Regimento da Assembleia Municipal) -----

----- **Nada a Registrar.** -----

Eram vinte horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

Camilo Correia  
Daniela de Almeida Rebelo



*eb mas*

---

